

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**FINANCEIRIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA: O BRASIL NAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

PÂMELLA TEIXEIRA MENDES PENNA

Matrícula: 113004037

NITERÓI

MARÇO 2017

Pâmella Teixeira Mendes Penna

**FINANCEIRIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA: O BRASIL NAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Hugo Figueira de Souza Corrêa

NITERÓI

MARÇO 2017

Pâmella Teixeira Mendes Penna

**FINANCEIRIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA: O BRASIL NAS
TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Figueira de Souza Corrêa – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Bianca Aires Imbiriba di Maio Bonente
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
MARÇO 2017

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar certo conjunto de categorias marxistas, especialmente a categoria *capital fictício*, para compreender as transformações do capitalismo contemporâneo e seu reflexo na economia brasileira. Tendo em vista que a partir da crise dos anos 1960/1970 ocorre uma restauração das condições de acumulação do capital na qual a esfera financeira ganha novas proporções, buscamos partir deste momento histórico. Dessa forma, analisamos a crise da “era de ouro” do capitalismo e expomos a resposta do capital a sua crise na forma de um tripé – reestruturação produtiva, neoliberalismo e “financeirização”. Após a discussão teórica em torno desses aspectos em âmbito global, analisamos como é a implementação dessas mudanças no Brasil. O caso brasileiro, além de permitir um estudo da lógica do capital fictício traduzida em políticas econômicas, possibilita constatar mudanças na dinâmica de dependência. Por isso, terminamos fazendo uma relação entre a valorização fictícia e a teoria da dependência.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo, Capital fictício, Teoria da dependência.

Sumário

Introdução	6
Capítulo 1 – Crise e restauração das condições de acumulação de capital: o papel da esfera financeira no capitalismo contemporâneo	9
1.1 – <i>Crise: do resgate teórico em Marx ao fim da “era de ouro”</i>	9
1.2 – <i>A restauração do capital</i>	13
1.2.1 – Reestruturação produtiva	14
1.2.2 – O neoliberalismo	16
1.2.3 – A “financeirização”: debate entre seus teóricos e apontamentos para uma dinâmica de acumulação pautada na lógica do capital fictício	19
Capítulo 2 – A inserção do Brasil no capitalismo contemporâneo em sua dinâmica financeirizada	27
2.1 – <i>Um breve histórico: da crise da dívida à adoção do receituário formado em Washington</i>	27
2.2 – <i>Transformações estruturais no país a partir da década de 1990</i>	31
Capítulo 3 – A lógica do capital fictício e seus reflexos na dinâmica da dependência	47
3.1 – <i>A autonomização das formas funcionais do capital</i>	47
3.2 – <i>A dialética do capital fictício</i>	54
3.3 – <i>A teoria da dependência sob o regime da valorização fictícia</i>	57
3.3.1 – A teoria da dependência segundo Marini	57
3.3.2 – A teoria da dependência e seus desdobramentos no capitalismo contemporâneo	60
Considerações finais	65
Referências	68

Introdução

Diversos trabalhos têm buscado compreender as transformações do capitalismo no último quartel do século XX. Essas alterações foram sentidas por toda a sociedade, suscitando na academia intensos debates acerca do que estaria por vir. A crise do socialismo real, o desenvolvimento das chamadas tecnologias da informação, a ascensão de políticos, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, contrários ao *Welfare State*, assim como as contradições deste próprio modelo, fizeram com que o mundo experimentasse uma série de mudanças na dinâmica de acumulação e nas relações de trabalho.

Dentre as discussões em torno dessas alterações, podemos destacar teses como a do “fim da história”¹, do “fim do trabalho”², e do “fim da sociedade industrial”³. A proliferação destas negativas ganhou força no desenvolver do capitalismo contemporâneo. Ainda que existam diferenças entre as que advogam diretamente o fim do capitalismo e outras que alegam se tratar apenas de uma nova etapa que se encontra “para além da modernidade” – mas ainda nos marcos do sistema capitalista –, estas teses parecem convergir na afirmação de uma hegemonia amplamente associada ao neoliberalismo, a qual sustenta que “não há outro caminho” possível. Entretanto, na contramão deste conjunto de ideias dominantes, surgiram também diversos trabalhos que buscaram apontar que ainda permanece a possibilidade de mudanças estruturais na sociedade, e até mesmo a superação do modo de produção vigente⁴.

Em meio a essa gama de trabalhos, buscaremos mostrar que as alterações ocorridas no sistema capitalista foram significativas e podem até indicar uma nova etapa, porém por um caminho distinto ao apresentado pelos apologeticos do “fim”. O

¹ Com o fim do socialismo real, Francis Fukuyama (1992) defendeu que o modelo liberal é aquele que se mostrou mais adaptável, podendo ser considerado o ápice do desenvolvimento econômico. Desta forma, não há outro modelo para além dele capaz de promover a liberdade para que os indivíduos alcancem plenamente seus objetivos.

² Andre Gorz, em 1980, escreveu *Adeus ao proletariado*, livro que iniciou boa parte do debate sobre o fim da classe trabalhadora. O centro de seu argumento é baseado na diminuição do operariado fabril nos países centrais e sua conseqüente perda de influência na sociedade.

³ Daniel Bell (1974) defende que houve um declínio da importância da indústria, enquanto houve um enorme crescimento dos serviços, de forma que a base produtiva se sustenta neste, e não mais nos bens industriais.

⁴ Como exemplo, podemos citar: ANDERSON, 1999; HARVEY, 2011; ANTUNES, 1995.

trabalho continua estruturando a sociedade⁵ e a teoria de Marx continua válida para compreendê-la. Por isso, resgataremos os escritos de Marx para tentar compreender um pouco mais essa realidade que se apresenta. Como o novo regime de acumulação se sustenta no capital fictício⁶, enfocaremos, portanto, nessa categoria e na dinâmica da esfera financeira.

No primeiro capítulo, abordaremos a crise que assolou todo o globo nos anos de 1960-70. Para isto, faremos uma recuperação das considerações de Marx acerca da temática das crises no sistema capitalista. A partir disto, buscaremos expor qual foi a resposta do capital à sua crise a partir de uma breve descrição do esgotamento dos “anos dourados” do capitalismo. Desta forma, traçaremos um panorama das alterações do padrão de acumulação do capitalismo no mundo – baseadas no tripé reestruturação produtiva, ideologia neoliberal e “financeirização” – que permitiram a “restauração do capital”. Por fim, enfatizaremos o debate em torno da “financeirização”, buscando problematizar o termo a partir de seus limites.

No capítulo seguinte, buscaremos mostrar como estas transformações que ocorreram a nível mundial se materializaram no Brasil. Iniciaremos com uma pequena recuperação histórica do processo de adoção do receituário neoliberal, partindo dos anos 1970 e adentrando na chamada década perdida. Este percurso tem como intuito mostrar quais foram as condições criadas para que a agenda liberal fosse aceita e amplamente implementada no país. A década de 1990 é o marco desta adesão ao novo modelo em curso e por isso, a partir dela, faremos uma exposição mais detalhada das políticas aplicadas pelos governos Collor, Itamar Franco, FHC e Lula. Assim como no restante do trabalho, o foco se dá na esfera financeira. Buscaremos compreender as mudanças feitas pelo país para se inserir – sempre de forma subordinada, tendo em vista sua condição dependente – nesta nova lógica financeirizada. O argumento que pretendemos defender é de que o processo global da acumulação capitalista tem sido coordenado pela lógica do capital fictício independentemente da corrente ideológica do governo. Por

⁵ Ricardo Antunes, ao longo de diversas obras, mas fundamentalmente em *Adeus ao trabalho?*, rebate às teses de Gorz e de outros autores que também partilham desta ideia geral do “fim”, afirmando que o trabalho continua a ser a categoria fundamental para análise das relações sociais. Sua principal tese é de que a classe trabalhadora tornou-se heterogênea, com uma ampliação nas suas formas de vivenciar as relações de trabalho – que se diversificaram – e também a vida “fora do trabalho” – com a crescente busca do capital por mercantilizá-la. Para mais detalhes ver: ANTUNES, 1995.

⁶ Trataremos mais sobre o assunto no capítulo III.

isso, mesmo partidos com colorações ideológicas tão distintas assumiram neste período políticas semelhantes de ampla abertura e liberalização financeira.

No último capítulo, tendo em vista o protagonismo da esfera financeira no capitalismo contemporâneo, exposto a nível global no primeiro capítulo e nacional no segundo, buscaremos resgatar certos marcos teóricos – nomeadamente, a teoria marxiana, desenvolvida no livro III de *O capital* e a chamada teoria marxista da dependência – para compreender os processos descritos e suas consequências. Nesse sentido, aprofundaremos o debate acerca da autonomização das formas funcionais do capital, dando particular ênfase à compreensão da lógica do capital fictício, apontando para suas funcionalidades e disfuncionalidades ao sistema. Como o país analisado neste trabalho é o Brasil, e ele se insere de forma dependente na divisão internacional do trabalho, tentaremos, na parte final deste capítulo, mostrar quais são os reflexos da valorização fictícia na dinâmica da dependência. Para isto, resgaremos primeiro, a teoria marxista da dependência apresentada por Marini, e posteriormente apresentaremos alguns desdobramentos desta teoria no capitalismo contemporâneo.

Na conclusão faremos uma síntese ligando o que foi abordado dos capítulos anteriores, evidenciando a existência de uma predominância do capital fictício no capitalismo contemporâneo. Buscaremos também demonstrar as consequências desta valorização fictícia na condição dependente, na qual o Brasil está inserido, para então esboçar alguns apontamentos sobre alguns caminhos que estão postos - para além dos limites neoliberais - para superar esta condição.

Capítulo 1 – Crise e restauração das condições de acumulação de capital: o papel da esfera financeira no capitalismo contemporâneo

Nos anos subseqüentes à segunda guerra mundial (1939-1945) conformou-se, especialmente nas economias centrais, uma forma de acumulação sustentada no aumento dos direitos sociais (BARUCO; CARCANHOLO, 2006). A crise de 1929 e sua relação com os ideais liberais permitiu a aceitação de uma maior intervenção estatal a fim de evitar os erros daquele período de derrocada econômica. Esse modelo perdurou cerca de 30 anos e ficou conhecido como “anos dourados”. No final da década de 1960⁷, no entanto, a forma de produção taylorista-fordista, que vigorou amplamente sustentada no pacto de classes⁸, parecia não se sustentar mais, assim como o sistema de Bretton Woods. Esta crise que o sistema capitalista experimentou durante os anos 1960 e 1970 marcou a transição para um modo de acumulação mais liberalizante em contrapartida as medidas keynesianas⁹ que predominavam no período imediatamente anterior.

1.1 – Crise: do resgate teórico em Marx ao fim da “era de ouro”

Para entender o modelo de acumulação que se configura a partir desses anos é preciso, primeiro, compreender o que significam essas crises que ciclicamente atingem o modo de produção capitalista e aparentemente abalam suas estruturas, mas não as destroem. Araújo (2014, p. 108) cita o significado de crise no grego - *Krino, Krinein* -, evidenciando que, originalmente, a palavra denotava não apenas um momento crítico,

⁷ Usualmente, de maneira equivocada, associa-se à década de 1970 a crise do modelo do pós-guerra devido a uma série de eventos que ocorreram nela. Embora a manifestação da crise tenha se intensificado nestes anos – podemos citar como exemplo os dois choques do petróleo (1973 e 1979 respectivamente), a instauração do regime de câmbio flutuante em 1973 e o aumento da taxa de juros americana em 1979 -, o que ocorre nestas abordagens é uma confusão entre causa e manifestação da crise. Contudo, já no final da década de 1960 podiam ser percebidos os primeiros sintomas desta, com a redução das taxas de lucro e de crescimento e as elevadas taxas de inflação e desemprego.

⁸ Para mais detalhes sobre como foi a relação capital/trabalho durante a chamada “era de ouro” do capitalismo, na qual a classe trabalhadora abriu mão da “aventura histórica” em um processo de barganha com a burguesia, ver Alain Bihl (1998).

⁹ Sobre esse aspecto, vale ressaltar que adotar medidas keynesianas não significa impedir o funcionamento de ideais liberais. O que se configura neste período é o que se convencionou chamar liberalismo enraizado. Este, como explica Harvey (2008), é uma forma de organização político-econômica em que “os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial” (HARVEY, 2008, p. 20).

de ruptura, mas apontava também a possibilidade de escolha, de uma nova opção. Tal definição, em ambos os sentidos, parece estar contida nas análises de Marx. Embora este não tenha abordado de forma sistemática o tema da crise em um texto exclusivo, é possível perceber, durante todo curso de *O Capital* – através de sua exposição dialética –, desde os primeiros capítulos, a existência de uma teoria da crise. Não limitado apenas a explicações causais, Marx buscou compreender o seu conteúdo, apreendendo que "as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (Marx, 1988, p. 179), aproximando-se, assim, do sentido original da palavra no grego.

Com o intuito de explicar o fenômeno, uma teoria social, segundo Carcanholo (2011), deve explicar três aspectos fundamentais: (i) os processos cumulativos propagadores dos momentos de inflexão – ou seja, a continuidade do crescimento ou do declínio da economia capitalista meramente porque estava crescendo ou declinando, respectivamente; (ii) os momentos de inflexão/ruptura – ponto esse que mostra a limitação do primeiro tópico, uma vez que nem crescimento nem o declínio são eternos, assim como a crise; (iii) a síntese dialética dos dois pontos anteriores – é fundamental apreender que a ruptura é consequência necessária de características específicas da fase anterior; sintetizando, é desvendar “porque o capitalismo entra em crise porque cresce, e porque ele cresce porque entrou em crise” (CARCANHOLO, 2011, pp. 2-3). A crise cíclica aparece, portanto, como regular e necessária à dinâmica do capital, e não como um evento esporádico, fortuito, casual. Como a abordagem marxista analisa o capitalismo a partir de suas contradições - e sendo a crise portadora da contradição dialética exposta acima -, o materialismo histórico é o que melhor se enquadra para buscar explicar este fenômeno em sua totalidade.

Entende-se, assim, que as crises decorrem das características contraditórias do próprio capitalismo. A mercadoria, elemento mais básico desse sistema, já demonstra essas discrepâncias¹⁰. A crescente separação entre lógicas distintas, a produção de mercadorias – de caráter social – e a sua realização – de caráter privado –, demonstram que o objetivo da acumulação não é o consumo, a satisfação das necessidades sociais – o valor de uso – mas sim a valorização. A crise manifesta-se, assim, como

¹⁰ Marx (2013) no livro I de *O capital* expõe a unidade dialética entre valor e valor de uso, contida na mercadoria. A partir desta análise que desenvolve toda sua exposição acerca do modo de produção capitalista, evidenciando que mesmo no seu elemento mais básico, o capitalismo carrega em si contradições inerentes.

superprodução de capital, com o surgimento de barreiras que impedem a plena realização do valor produzido e a redução na taxa de lucro. Há um descolamento da produção e uma conseqüente exacerbação que faz parecer que ela independe da circulação de mercadorias, fazendo com que o valor das mercadorias não se realize. A crise aparece, então, como limite a esta separação. Ao mesmo tempo, contudo, que evidencia a disparidade entre os polos de produção e circulação, parece possibilitar a retomada desta unidade (CARCANHOLO, 2011). Como explica Carcanholo (idem, p.4), “a crise, ao mesmo tempo em que é o momento de irrupção da contradição (processo de produção do valor-capital), significa, dialeticamente, o restabelecimento de sua unidade (na totalidade do modo de produção de capitalista)”. O que aparecia, assim, como um empecilho se converte, pela própria lógica do capital, em uma possibilidade de retomada de crescimento.

A partir desta caracterização teórica das crises na perspectiva marxista, podemos buscar entender o que foi a crise estrutural¹¹ que assolou o globo nos anos 1960/1970, entendendo os seus desdobramentos. Embora a crise seja cíclica no capitalismo, suas conseqüências estão inseridas em dado contexto histórico, logo a conformação que decorre deste momento, o capitalismo contemporâneo, é resultado das formas anteriores que havia assumido o modo de produção capitalista até então. Como admitimos que a crise demonstra a incapacidade do capital de manter a sua própria valorização – isso em todas as formas do capital: capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital-produtivo¹² –, a resposta a esse momento de ruptura será a busca de novos espaços para valorização, além da ampliação dos já existentes (CARCANHOLO, 2011, pp. 6-7).

O aparente sucesso das tentativas de regulação do capital durante a “era de ouro” fez com que muitos acreditassem que era possível manter em equilíbrio capital e trabalho, mas o modelo do pós-guerra precisou de um conjunto de fatores para promover sua expansão econômica. Esses elementos, como sintetizado por Mattos (2009, p 31), eram o sistema de Bretton Woods, a expansão da moeda-crédito, papel dos Estados Unidos, contexto político internacional, nova configuração da relação capital/trabalho e da relação produção/consumo, além de um Estado indutor de pleno

¹¹ Como crise estrutural, entendemos, conforme exposto por Carcanholo (2011), que o capitalismo deve mudar radicalmente as estruturas do processo de acumulação vigentes até a crise para conseguir alicerces novos para o novo processo de acumulação. Não se trata, portanto, de uma interpretação fatalista da crise que a enxerga como um momento que levará o capitalismo ao seu fim.

¹² Sobre as metamorfoses do capital e seus ciclos, ver o livro II de O Capital (MARX, 2014).

emprego¹³. Mas, como no próprio capitalismo habitam suas contradições, esses mesmos fatores que possibilitaram o avanço da economia dos países desenvolvidos, tornaram-se empecilhos à acumulação. Este período “dourado” tratou-se, desta forma, apenas de uma excepcionalidade histórica e os anos 1960/1970 vieram a confirmar isso. Como observa Belluzzo: “O fato é que o conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do acordo de Bretton Woods e prosperou sob a liderança americana, não resistiu ao próprio sucesso” (BELLUZZO, 1995, p. 12).

A sustentação do sistema monetário internacional, que vigorava desde 1944, e auxiliava na manutenção de altas taxas de crescimento, exigia que a economia estadunidense atuasse como reguladora do sistema capitalista. Dessa forma, os Estados Unidos deviam atuar como “fonte autônoma de demanda efetiva e emprestador de última instância”. Essa estrutura sustentada na hegemonia norte-americana permitiu a reconstrução das economias europeias e japonesa e o crescimento da industrialização nos países periféricos. Este percurso permitiu a conformação de economias “mais permeáveis a mudanças tecnológica e organizacional”, que, por sua vez, tornaram-se progressivamente mais participantes do comércio mundial, pressionando o saldo negativo do balanço de pagamentos dos EUA, intensificando, assim, a pressão sobre o dólar¹⁴. Tal conjuntura conduziu à suspensão unilateral da conversibilidade do dólar-ouro em 1971 por Nixon e a uma abertura maior das taxas de câmbio através da substituição do sistema de câmbio fixo, mas ajustável, pelo de flutuações sujas em 1973 (idem, ibidem, p. 14).

Ainda de acordo com Belluzzo (1995, pp. 14-15), os Estados Unidos não conseguiram sustentar o dólar como moeda-padrão ao passo que o desequilíbrio do balanço de pagamentos produzia uma oferta crescente e demasiada de dólares, pressionada por um déficit comercial. Sob esta “desorganização financeira e monetária”

¹³ Devido aos fins e limites deste trabalho, não poderemos abordar cada um desses tópicos. Para mais informações ler Mattos (2009, em especial o cap. 1).

¹⁴ Sobre as contínuas desvalorizações do dólar e os impasses que levaram à dificuldade de manutenção do sistema Bretton Woods, Robert Triffin, economista ortodoxo, formulou uma crítica que ficou conhecida como *Dilema de Triffin*. Através desta, Triffin demonstrou que o problema do sistema Bretton Woods residia nas suas próprias contradições. O papel dos Estados Unidos, enquanto emissor de moeda, como garantidor da liquidez mundial, requeria que ele assumisse contínuos déficits funcionais. Os Estados Unidos emitiam, assim, cada vez mais moeda o que gerava desconfiança por parte dos outros países com relação a não possibilidade de conversão do dólar em ouro. Essa crise de credibilidade era fruto do próprio funcionamento deste sistema monetário internacional que requeria dos EUA intensa emissão de moedas, mas ao mesmo tempo provocava o aumento da desconfiança no dólar.

se inicia uma internacionalização do circuito financeiro a partir da década de 1970. Os dólares “excedentes” a demanda dos agentes econômicos e de autoridades monetárias estrangeiras estimulavam o surgimento de praças financeiras que “escapavam” do controle dos bancos centrais e realizavam operações de empréstimos e depósitos, como o euromercado, por exemplo. O primeiro choque do petróleo e a reciclagem dos petrodólares também aumentaram a oferta de crédito internacional, dificultando ainda mais a manutenção do sistema de Bretton Woods.

Assim, este “circuito financeiro internacionalizado”, ao contrário do sistema de Breton Woods, operava fora do controle e rigidez de instâncias centralizadoras (idem, *Ibidem*, p. 15). Este fato impulsionava o crescimento no número de empréstimos, da mesma forma em que tendia ao rebaixamento na qualidade destes créditos. Segundo Tavares e Belluzzo (1986), o circuito, nas relações entre empresas e governos, se transformou em “sistema de crédito puro”, pois além de prêmios de risco contava com a criação de liquidez. Nesta dinâmica, os agentes endividados, visando a rolagem e aumento de suas dívidas, necessitavam aceitar qualquer taxa de juros.

Contudo, em 1979, os Estados Unidos optaram unilateralmente por aumentar as taxas de juros a fim de manter o dólar com a função de reserva de moeda, sacramentando o fim de Bretton Woods. Desta forma, o encerramento da relativa estabilidade keynesiana foi o resultado da saída do país da posição de amortecedor de tensões internacionais.

1.2 – A restauração do capital

Enquanto se afirmava esta “desorganização financeira” como a nova ordem monetária internacional, a relação capital-trabalho também sofria grandes mudanças. Ainda que o Estado estivesse em função do pleno emprego (MATTOS, 2009, p. 50), atuando como mediador do pacto de classe, o modelo de produção e consumo em massa – característica marcante dos “anos dourados” entrou em colapso, criando uma conjuntura nunca antes vista, a da estagflação: a economia possuía altas taxas de desemprego, altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento, tudo ao mesmo tempo. Neste cenário desalentador, urgia ao capital promover uma resposta que desse

conta de garantir a retomada da acumulação. E com este objetivo ocorreram mudanças em diversas frentes, mas, de acordo com Netto e Braz (2006, p. 214), podemos sintetiza-las em um tripé que propiciou a restauração do capital: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização.

1.2.1 – Reestruturação produtiva

Para iniciarmos a análise do tripé, é de grande importância apontarmos, com Antunes (2008), que a reestruturação produtiva foi a garantia de que o mundo da produção restabelecesse seu ciclo de expansão. Ela consistia numa alteração da acumulação de capital, bem como de todo processo organizacional. Em contraponto ao modelo taylorista-fordista – marcado pela sua produção rígida, em massa, homogeneizada e hierarquizada, no qual o trabalhador exercia uma função repetitiva e fragmentada –, adotou-se o “toyotismo”, sustentado no que Harvey (2011, p. 140) denomina como acumulação flexível. Segundo o autor,

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado.

Antunes (1995) também destaca a deslocalização produtiva, a terceirização e toda mudança na área de gestão de pessoas, criando a ideia dos “times de trabalho”, impulsionando o envolvimento dos trabalhadores. Podemos perceber a importância da globalização nesse contexto e como ela caminha com esta nova forma de acumulação.

Esta mudança na esfera produtiva visava reduzir o tempo de rotação do capital¹⁵, ampliando a produção de mais-valor em um mesmo período produtivo, fazendo, dessa forma, com que as taxas de lucro aumentassem (CARCANHOLO, 2008).

Um aspecto essencial para a concretização dessa reestruturação foram as reformas estruturais no mercado de trabalho. Como já destacamos anteriormente, houve uma transformação na relação capital-trabalho, e esta se tornou bem distinta daquela que vigorava no período do *Welfare State*. Não bastava mudar a esfera de produção para garantir a retomada do crescimento, mas também era preciso garantir a hegemonia do capital sobre as mais variadas esferas sociais (ANTUNES, 2008). Afinal, depois de longos anos de pacto social, as lutas sociais voltaram a se intensificar na década de 1960 e junto com elas surgiram novas demandas, devido à “revolução nos costumes”, que possuíam elementos anticapitalistas, como a revolta estudantil, o movimento feminista e a luta dos negros norte-americanos por direitos civis (NETTO e BRAZ, 2006, p.214).

A resposta do capital a essas mudanças passou por uma cooptação ideológica de parte da classe trabalhadora, através da devoção ao subjetivismo e ao individualismo em oposição a uma atuação coletiva e social dos trabalhadores (BIHR, 1998). O trabalhador, em teoria, era visto como participante ativo da empresa. A estrutura, portanto, se apresentava como mais horizontal. A cooptação dos trabalhadores a essa lógica se sustentava também na propagação do discurso de que agora eles teriam uma maior liberdade no seu processo produtivo uma vez que não deveriam exercer uma função única e repetitiva, podendo até tornar-se multifuncional, qualificado e participativo¹⁶. Esse arcabouço ideológico visava à desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, pois durante os anos de Estado do Bem-estar social muitas

¹⁵ Para mais detalhes acerca do processo de circulação do capital e conseqüentemente do seu tempo de rotação, ver o livro II de O Capital (MARX, 2014) que aborda esta temática.

¹⁶ Contudo, apesar desta aparente melhora nas condições de trabalho, com maior qualificação e participação, “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO e BRAZ, p.218). Como salienta Antunes (2008), ainda que haja elementos de continuidade e descontinuidade com o padrão produtivo anterior, o modo de produção continua sendo capitalista e com ele permanece seu alicerce fundamental de apropriação do mais valor a partir da exploração da força de trabalho. E, de fato, o que se reparou ao longo dos anos com essas alterações no mundo do trabalho foi, ao invés de uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, uma intensificação da exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando o trabalho improdutivo. Houve fechamentos de plantas industriais, desemprego, terceirizações, dentre tantas outras mutações que afetaram negativamente a vida daqueles que só dispõem da venda da sua força de trabalho como forma de sobrevivência (ANTUNES, 2008, pp. 44-45).

garantias foram conquistadas pela classe trabalhadora, o que gerava “embargos” para o aumento dos lucros.

1.2.2 – O neoliberalismo

No segundo pé do tripé temos o neoliberalismo. Essas mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva não teriam sido possíveis ou sofreriam demasiada resistência se não fosse esse escopo político, econômico e ideológico. Afinal, como explicita Carcanholo (2008, p. 252), “na verdade, reestruturação produtiva e neoliberalismo são duas interfaces de uma mesma resposta do capital à sua própria crise nos anos 1970”. Caracterizar, no entanto, o que é o neoliberalismo não é uma tarefa simples e enxergá-lo apenas como desdobramento do liberalismo clássico é um equívoco que não nos permite perceber tudo que ele significa.

Embora o neoliberalismo tenha ganhado espaço e se tornado hegemônico só a partir da crise dos anos 1960/1970, o seu nascimento data de antes, de meados da década de 1940, com o término da segunda guerra. Em seu texto “Balanço do Neoliberalismo”, Perry Anderson (1995) traz esse resumo histórico, mostrando que desde *O Caminho da Servidão*, escrito por Friedrich Hayek em 1944, essa concepção começara a surgir. Porém, foi só em 1947, período no qual o Estado do bem-estar e o *New Deal* ganhavam forças, que Hayek convocou diversos adeptos desta ideologia – figuras ilustres como Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, dentre outros – para se reunirem em Mont Pèlerin a fim de debater essas ideias. O “propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 9). Todavia, o alarde contra uma economia intervencionista, regulando o mercado, parecia não ecoar tanto posto que os crescimentos apresentados àquela época eram rápidos e expressivos; ainda assim os defensores dessas concepções continuaram a se reunir, criando uma espécie de *think tank*. A recessão do início da década de 1970 reverteu este cenário, permitindo que os ideais neoliberais ganhassem campo.

Os fundamentos defendidos por este grupo não se limitaram apenas ao campo ideológico. O neoliberalismo assentou um projeto político bem definido de sociedade, a

“sociedade de mercado”, criando outro conceito de desenvolvimento, respaldado em teses liberais, a fim de validar as novas políticas econômicas que seriam e estavam sendo implementadas (BARUCO; CARCANHOLO, 2006). Este novo receituário pregava a adoção de medidas que garantissem a “prudência macroeconômica”, a liberalização dos mercados – a nível micro e macroeconômico – e a abertura externa (PINTO, 2010), sustentando-se na tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de mediar os conflitos sociais, políticos ou econômicos. No entanto, há diferenças significativas entre o papel do Estado defendido pelos liberais clássicos e pelos neoliberais.

O liberalismo, em sua origem, se contrapunha ao Estado mercantilista e buscava a construção do Estado de Direito. A preocupação se centrava em questões jurídicas com enfoque na liberdade individual – o que se explica em função do poder absoluto do rei. Limitar o poder e as ações do Estado significava, nesse contexto, controlar o poder estatal e seus abusos (BARUCO; CARCANHOLO, 2006). Esse escopo filosófico influenciou diretamente o pensamento econômico da época. Economistas clássicos – como Smith e Ricardo – fizeram suas principais obras sustentados nesse ideal liberal. Por exemplo, nas formulações de Smith é possível perceber a propagação da crença de que a liberdade individual, sem intervenções estatais a fim de regular e monopolizar o mercado, conduziria a um mundo mais justo, produtivo, racional, ou seja, melhor. As determinações do Estado deveriam se restringir somente às funções mais básicas para garantirem o livre agir dos agentes econômicos. Como elucidava Smith, estas funções se limitavam à segurança, garantia e conservação da propriedade e a manutenção de serviços públicos essenciais. Partindo do pressuposto que a busca pelo interesse individual, pelo lucro, era inclinação natural inerente a todo ser humano, os adeptos da teoria liberal advogavam que essa busca motivaria o trabalho, promoveria inovações tecnológicas e remuneraria aqueles que se abstivessem dos prazeres momentâneos de forma a criar um sistema harmônico, ordenador das ações dos indivíduos, conduzindo bem estar a toda sociedade. Baseado no sistema de preços, a economia clássica defendia que através do mercado, e de sua espontaneidade – as leis econômicas eram automáticas e soberanas –, se alcançaria eficiência, justiça e riqueza (MORAES, 2001). Assim, a teoria clássica fazia “a defesa de um Estado não-interventor, que se limitasse apenas a guardar pela liberdade de ação individual e pelo adequado funcionamento do estado natural da sociedade” (BARUCO; CARCANHOLO, 2006, p. 10).

Deste modo, o Estado mínimo da Economia Clássica prezava pela liberdade individual dos homens. Porém, de uma defesa dos meios não burocráticos, o liberalismo clássico se converte num culto ao mercado autorregulado, acreditando – ao menos em teoria – numa ordem natural apenas possível em uma economia de mercado. Dessa forma, há todo um esforço para efetivar a construção desta economia (POLANYI, 2000, p. 59). Polanyi, contudo, ao longo de sua obra, demonstrou que para efetivar a sociedade de mercado foi preciso que houvesse diversas intervenções estatais – como através de tarifas protecionistas –, questionando, portanto, a naturalidade dos mercados autorreguláveis. Depreendeu-se daí que Estado, suas intervenções, e mercado não são excludentes, e que, na verdade, o Estado pode e deve interferir, quando necessário, para criar e manter a sociedade de mercado. O Estado e sua participação a partir do receituário neoliberal parecem seguir essa lógica, não mais agindo como um Estado mínimo garantidor apenas da liberdade individual e da propriedade privada – como na teoria clássica –, mas sim como um agente comprometido com a preservação do mercado. O Estado deveria ser forte para garantir o mercado forte (CARCANHOLO, 2002, pp. 17-18).

Para reverter os deletérios efeitos causados pela atuação do Estado e as políticas adotadas na “era de ouro”, a receita neoliberal recomendava uma série de medidas. A priori, duas pareciam ser centrais e desrespeitavam a forma de participação estatal:

privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, "desregulamentar", ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentara estabelecer (MORAES, 2001, p. 17).

Este receituário, ao criticar o status quo anterior, criava um discurso de que este seria o único caminho possível¹⁷. Tais formulações não se apresentavam como desejáveis, mas como necessárias. O Estado não seria capaz de voltar às suas funções anteriores, tal fato

¹⁷ O slogan “TINA” – sigla para *There Is No Alternative* – é normalmente associado a Margaret Thatcher, enquanto primeira-ministra do Reino Unido, e evidenciava justamente esta proposta neoliberal de apresentar-se como única via viável. As leis de mercado, e conseqüentemente o próprio conjunto de medidas apresentado por Thatcher, era o único meio para reverter as mazelas deixadas pelo Estado do bem-estar social.

era irreversível¹⁸. Por isso, era preciso buscar por novos agentes que fossem capazes de coordenar a economia. O neoliberalismo serviu, assim, como suporte para as mudanças sofridas na esfera produtiva e no mundo do trabalho, sendo a reestruturação produtiva a base material desse programa ideológico-político (ANTUNES, 2008).

O neoliberalismo produziu, portanto, uma multiplicidade de medidas em diversas frentes. As mudanças nas cadeias produtivas e nas relações de trabalho foram algumas destas, assim como as novas propostas no mundo das finanças. Em síntese, podemos seguir a afirmação de Harvey (2008, p. 27), para quem:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas.

1.2.3 – A “financeirização”: debate entre seus teóricos e apontamentos para uma dinâmica de acumulação pautada na lógica do capital fictício

O último aspecto a ser entendido nessa ofensiva do capital como resposta a sua crise é o que ficou amplamente conhecido como “financeirização”. A tese neoliberal

¹⁸ Além do papel do Estado, seguindo o trabalho de Carcanholo (2002), podemos perceber ainda outras diferenças significativas entre o liberalismo clássico e a nova forma que ele assume a partir dos anos 1970. Primeiro podemos destacar o caráter progressista do liberalismo clássico, posto que se posicionava contra os privilégios da nobreza, clero e aristocracia, assumindo uma postura contra o Estado feudal. Já o neoliberalismo, ao se contrapor às políticas keynesianas, defende o retorno ao individualismo, ao mercado e sua suposta concorrência perfeita, possuindo um caráter conservador. A difusão de um “pensamento único” por parte do ideário neoliberal mistifica a história e apresenta esta concepção da superioridade do mercado como a mais adequada. À medida que o liberalismo clássico, a despeito do caráter ideológico, era abertamente uma ideologia política – sustentado em um conjunto de valores –, o neoliberalismo se apresenta como um conjunto de técnicas, retratando a questão econômica como livre de parcialidades, apagando a disputa ideológica, não se assumindo político. Assim, a base do primeiro era a filosofia e a economia era, por conseguinte, desdobramento de uma complexa concepção política e filosófica. Em contraponto, o segundo tem como base a economia, expondo-se como um receituário de política econômica no qual as esferas outras da sociedade – políticas e sociais – se refletem. Ou seja, ao invés dos valores essenciais do homem, como liberdade, ditarem o agir econômico, eles encontram-se subordinados a este. Dessa maneira, fica clara a distinção entre as correntes de pensamento: enquanto no liberalismo clássico o conceito jurídico de igualdade estava diretamente relacionado ao de liberdade, no pensamento neoliberal estes conceitos não estão atrelados, sendo a desigualdade objetivada – e naturalizada – com o desígnio de apresentar que no caminho à ascensão econômica está a competitividade entre os indivíduos. Somente aqueles que têm maior produtividade são recompensados com todos os benefícios que a sociedade de mercado pode oferecer.

investiu na defesa da abertura e desregulamentação intensa dos mercados financeiros que por sua vez imprimiram uma característica específica ao capitalismo contemporâneo, especialmente nos anos 1990 (CARCANHOLO, 2010). O aumento do valor produzido pelos países periféricos e apropriado pelos centrais através dos juros da dívida externa, a transferência de lucros e dividendos por meio do investimento direto externo, além da expansão dos mercados – consequência da globalização – e abertura externa acompanhada de liberalização financeira, marcaram uma mudança na lógica de apropriação do capital (CARCANHOLO, 2011). Contudo, a apreensão deste fenômeno se deu de maneiras distintas por diversos estudiosos, conformando um conjunto de teorias da “financeirização”. Por isso, para compreender a dinâmica financeira no capitalismo contemporâneo é necessário destacar, mesmo que de forma breve, o debate¹⁹ que ocorreu em torno da esfera financeira.

Iniciaremos por tentar entender, conforme feito por Pedro Dominczak (2014), o conjunto de autores que enxergam no capitalismo contemporâneo uma relativa autonomia do setor financeiro (admitindo a multiplicidade de visões dentro deste mesmo campo), para então partirmos para o grupo crítico a esta visão, discordando da dominância da esfera financeira. O objetivo principal desta exposição sucinta do debate teórico em torno dessa temática é compreender como a esfera financeira se relaciona com o ciclo global de reprodução do capital a partir da crise dos anos 1960/1970.

Os adeptos do primeiro grupo acreditam que a recuperação das taxas de lucro ocorreu sobre uma alteração da base produtiva do modelo pós-guerra, deslocando o eixo da acumulação da esfera produtiva para a esfera especulativa, caracterizando, assim, uma nova fase capitalista com dominância da esfera financeira (DOMINCZAK, 2014, p. 11). Dentre os autores partidários desta visão, destacam-se Chesnais, Duménil, Lévy, Lapavitsas, dentre tantos outros. Cada qual com suas formulações e especificidades, mas com uma assertiva: relativa autonomia – sem separação – do setor financeiro e dominância deste sobre o setor produtivo, ainda que ambos façam parte do mesmo processo de acumulação.

Ao debater o que seria a gênese dessa hipertrofia das finanças, Duménil e Levy enxergam na crise estrutural da década de 1970 e na intensidade de suas manifestações,

¹⁹ Tendo em vista o objeto deste trabalho e seus limites, não poderemos nos aprofundar neste debate. A sistematização aqui proposta é tributária do trabalho de Dominczak (2014).

a “mola propulsora” desta nova etapa uma vez que na tentativa de contornar o baixo crescimento e investimento e o alto índice de desemprego e inflação, uma série de inovações tecnológicas e financeiras afloraram concomitantemente com novas instituições financeiras. Vale ressaltar que, como uma “nova fase”, esses autores fazem uso do prefácio de Marx (2008) da “Contribuição à crítica da Economia Política” acerca da relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção na qual as primeiras se desenvolvem de maneira mais acelerada proporcionando uma ruptura no modo de produção, causando um descompasso entre ambas, abrindo a possibilidade para uma transformação radical ou para o restabelecimento das contradições do próprio capitalismo²⁰, provocando, desta forma, a implementação de elementos mais desenvolvidos nas relações sociais de produção em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas. Para Duménil e Lévy o cerne desta nova fase sustenta-se primordialmente nas formas de propriedade, transferência e apropriação do valor que assumem (DUMÉNIL e LÉVY, 2003, pp. 16-17).

Segundo os autores, a oposição entre as frações burguesas das “finanças” e a “industrial” é atingida pela mudança nas relações de produção. Há uma separação entre a propriedade do capital e sua gestão de forma que atividades que antes cabiam às “empresas financeiras” sofrem modificações e a função da fração burguesa da “finança” é alterada, criando-se, assim, diversos mecanismos institucionais para regular, controlar e intervir.

Assim, é possível sugerir que esse enfoque, privilegiando as lutas internas da burguesia e colocando de lados opostos a “finança” e a “indústria”, parece propor um retorno ao “compromisso keynesiano” dos “anos dourados”, no qual havia uma dominância da fração industrial.

Outro teórico de muito prestígio da financeirização é François Chesnais, um dos pioneiros a afirmar que o capitalismo adentrava em uma nova fase já desde a década de 1960. Para ele as transformações da esfera financeira foram determinantes na desregulamentação dos mercados nacionais, criando um espaço financeiro mundial fortemente hierarquizado – com papel dominante dos Estados Unidos –, com ausência de controle e supervisão e assegurado pelos “operadores financeiros” nos diferentes “compartimentos” (CHESNAIS, 1998, p. 12). Esta nova fase da acumulação capitalista

²⁰ Esse aspecto da crise fora tratado no início deste mesmo capítulo.

e suas consequências foram se intensificando com o passar das décadas – expansão do mercado de eurodólares, aumento das taxas de juros, crise da dívida da América Latina - propiciando liberalização financeira, desregulamentação, abertura dos mercados, securitização da dívida, incorporação de novos mercados e acentuação dos “mecanismos dos mercados financeiros” (durante todo esse percurso diversos bancos sofreram falência e as crises se intensificaram). Nesse contexto, Chesnais destaca a criação de “bolhas financeiras” e a participação do capital portador de juros, assim como o papel hegemônico dos EUA. Para Chesnais, o que impulsiona a especulação não é mais a vantagem de uso deste ou outro bem, mas a “previsão de mudança de preços” de forma que se configura um “regime de acumulação predominantemente financeirizado” no qual o “capital financeiro” é reconfigurado, dando lugar a instituições não-bancárias, frutificando o capital na forma dinheiro.

Lapavitsas concorda com as investigações anteriores, tanto de Duménil e Lévy como de Chesnais, reconhecendo a existência de uma nova fase, a qual chama de “financeirização”, admitindo sua emergência na década de 1970 devido às baixas taxas de lucro e produtividade. O autor introduz, contudo, a importância das multinacionais neste cenário. Para ele, a produção e todo comércio mundial encontram-se submetidos a essas empresas multinacionais, resultantes de fusões e aquisições, o que permitiu o deslocamento da produção mundial para polos mais dinâmicos de crescimento como a China, por exemplo (LASPAVITSAS, 2009, pp. 32-33).

Embora cada um desses autores possua um enfoque específico, todos parecem concordar com uma conjuntura de mudança na gestão do capital, onde o setor financeiro assume um papel de destaque em detrimento da esfera produtiva, admitindo, assim, uma nova fase da acumulação capitalista na qual a valorização é mais rápida, mas também mais instável. Essas abordagens apresentadas até aqui usam como sustentação de seus argumentos categorias presentes nos escritos de Marx. Porém, como destaca Carcanholo (2010, p. 4) é necessário avaliar criticamente essas noções a fim de evitar confusões categoriais para elucidar melhor o debate. Muitas expressões utilizadas para tratar da esfera financeira no capitalismo contemporâneo giram em torno de “finanças”, “financeirização” e “capital financeiro”. No entanto, nem sempre o conteúdo delas corresponde ao usado por Marx. O termo “capital financeiro”²¹ como utilizado

²¹ Como Carcanholo (2010, p. 4) nos alerta em nota, a categoria capital financeiro possui diversas abordagens, “desde concepções mais toscas como aquelas que entendem por capital financeiro tudo

habitualmente não se aproxima da categoria de capital fictício – apresentada por Marx no livro III de *O Capital* –, que nos parece fundamental para a compreensão do modelo que se gesta em escala global a partir da década de 1970²², sendo usado de maneira genérica, ainda que as análises apresentem pontos relevantes. Sobre essa problemática, Carcanholo (idem, pp. 4-5) afirma que

a noção corriqueira de capital financeiro (“financeirizado”) costuma se referir ao capital remunerado basicamente com ganhos especulativos na esfera financeira, além da remuneração derivada dos juros. Tratamentos mais rigorosos da questão, que se baseiam nesta noção de financeirização, possuem um entendimento muito próximo daquele contido na categoria capital portador de juros, que tem uma grande serventia no entendimento do capitalismo contemporâneo, como veremos, mas é ainda insuficiente. Já noções menos rigorosas de financeirização reduzem o capital financeiro a todo o conjunto de transações realizadas no tal mercado financeiro. De uma forma ou de outra, em última instância, tratar-se-ia de todo aquele capital que se apropria de juros, isto é, que se apropria de uma renda que, na realidade, não foi ele que produziu. Ora, o capital – qualquer que seja a sua adjetivação – se caracteriza pela apropriação de um valor (mais-valia) que, de fato, é produzido pelo consumo do valor de uso da força de trabalho, dentro do processo produtivo. Assim, todo e qualquer capital, em última instância, se define pela apropriação de um valor que não foi ele quem o produziu. A conclusão é que a noção corriqueira de capital financeiro valeria para todo o conjunto do capital. Uma categoria que vale para absolutamente tudo passa a não ter, em termos de compreensão (teórica), absolutamente nenhuma serventia.

Desta forma, é certo que os trabalhos citados anteriormente possuem contribuições importantes sobre a particularidade das finanças no capitalismo contemporâneo, porém o fazem sendo, por vezes, pouco rigorosos com as categorias marxianas. Mesmo assim, identificam nas mudanças ocorridas no capitalismo nos anos 1970, uma fase com predominância da esfera financeira.

O outro grupo que trataremos neste debate, de forma bem concisa, é dos críticos aos autores que defendem justamente essa autonomia. Entre esses críticos dos “teóricos da financeirização” destacam-se Astarita, Bonnet, Cipolla e Pinto. Esses defendem que a esfera financeira não deve ser analisada de forma separada da esfera produtiva – Marx, segundo Astarita (2012), teria feito essa separação como recurso metodológico

aquilo que passa pelo mercado financeiro, o que hoje em dia abarca quase a totalidade dos capitais, não conferindo especificidade alguma à categoria, até interpretações bem mais interessantes sobre a especificidade do financeiro no capitalismo contemporâneo”.

²² Um aprofundamento sobre as formas funcionais do capital - com destaque para o capital fictício - será exposto no terceiro capítulo deste trabalho.

para analisar o capital de comércio de dinheiro, pois a formas funcionais do capital encontram-se, na realidade, ligadas durante o desenvolvimento do capital –, pois ainda que haja autonomia entre ambas, permanece a unidade. Outro aspecto questionado por esses críticos é com relação à determinação da taxa de juros. Esta seria, como afirmam Cipolla e Pinto (2010), determinada pela taxa de lucro. Assim, como nas últimas décadas, as taxas de juros não tiveram um crescimento tão excessivo, não há justificativa para um crescimento vertiginoso do setor financeiro. Por conseguinte, mesmo que esses autores reconheçam uma ampliação da esfera financeira, defendem que não há necessariamente uma exacerbação generalizada do capital fictício (DOMINCZAK, 2014, p. 74).

Embora haja argumentos relevantes nessas críticas, afirmar que há uma autonomia da esfera financeira não significa dizer que há uma separação com relação à esfera industrial. Esta autonomia não é absoluta. Aprofundaremos mais esse debate quando expusermos no terceiro capítulo deste trabalho o processo de autonomização das formas funcionais do capital demonstrado por Marx no livro III de *O Capital*; por ora, nos interessa ressaltar a unidade contraditória, dialética, das formas do capital. Podemos afirmar, portanto, que a economia adentrou em uma nova etapa de acumulação caracterizada pela expansão do capital fictício. Não é mero acaso a intensificação dos processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças no momento em que o capital não encontrava mais espaço para se expandir na esfera produtiva. A valorização financeira desempenhou esse papel (BARUCO; CARCANHOLO, 2006).

Para compreendermos o capitalismo contemporâneo e sua relação com o universo das finanças é preciso ser rigoroso com as categorias que se pretende utilizar. A expansão do capital fictício passou a ser elemento primordial para o entendimento desta nova dinâmica. Reconhecer a autonomia da esfera financeira no processo de produção e reprodução global do capital, no entanto, não significa separação da esfera produtiva, mas, pelo contrário, a sua unidade contraditória. À medida que há uma inversão da lógica produção-apropriação de valor, tem-se a impressão de uma autonomia absoluta, mas “essa autonomização da lógica da apropriação é, no entanto, meramente relativa. A cobrança da impossibilidade de autonomização absoluta é feita, justamente, pelas crises” (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

Tendo em vista este debate, entendemos que o terceiro alicerce do tripé da “restauração do capital” pode ser mais bem delimitado se não definido da maneira genérica através do termo “financeirização”. De modo que é a categoria do capital fictício que nos parece ser o elemento fundamental para compreender este novo momento. Afinal, o capitalismo contemporâneo tem em um de seus momentos decisivos justamente o desenvolvimento expressivo de novos instrumentos relacionados a essa forma do capital e da ampliação impetuosa de sua massa de valor. Como sintetiza Carcanholo (2010, p. 6) trata-se da “subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício”.

Esse conjunto de mudanças abordadas até aqui focaram, especialmente, na realidade dos países chamados desenvolvidos. Sabemos, entretanto, que as consequências dessas transformações se materializam de maneira desigual por todo globo²³. Assim como o termo “Era de ouro” não significou um período de crescimento sem igual para todos os países – além de não propiciar um avanço homogêneo para todas as classes dentro das próprias nações – os efeitos da crise também tem efeitos díspares pelo mundo. Enquanto os países centrais²⁴ experimentavam um arranjo político-econômico que aparentemente possibilitava uma estabilidade na relação capital-trabalho nos “anos dourados”, os países periféricos experimentavam o desenvolvimentismo para tentar findar com o abismo que separava o desenvolvimento econômico desses grupos de países.

No caso do Brasil, por exemplo, tivemos ainda nos últimos anos da ditadura civil-militar a gestação de elementos importantes para que o capitalismo contemporâneo fincasse suas raízes nos anos subsequentes de democracia. Além dos impactos mais imediatos na economia do país por conta da crise estrutural já abordada neste texto – fato que apontava para a necessidade de transformação na dinâmica de acumulação, mais alinhada com os novos imperativos globais do capital –, a conjuntura local de inflação aliada ao papel do Estado na construção de um ideal de “desqualificação da

²³ Parte-se aqui do trabalho de Ruy Mauro Marini (2005), segundo o qual o capitalismo assume uma forma *suis generis* nos países latino-americanos (ressaltando a importância de uma abordagem que desse conta da sua realidade social específica). Marini evidenciou, assim, também que o desenvolvimento dos centros ocorreu em simultâneo com o desenvolvimento do subdesenvolvimento da periferia, estabelecendo-se entre essas regiões uma relação de *dependência*.

²⁴ Aqui fazemos uso da expressão cunhada por Raúl Prebisch (1949).

política” foi fundamental na consolidação da ideologia neoliberal (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 99).

Buscaremos agora entender como a agenda neoliberal ganha espaço em solo brasileiro, analisando as reformas estruturais que permitiram que esse tripé se materializasse. Independente das mudanças nos grupos políticos no poder, o ideário neoliberal alcança uma hegemonia de tal modo que se torna a sustentação de todos esses governos.

Capítulo 2 – A inserção do Brasil no capitalismo contemporâneo em sua dinâmica financeirizada

As mudanças que ocorreram nos países desenvolvidos a partir do último quarto do século XX chegaram à periferia com uma dosagem ainda maior de austeridade fiscal. O objetivo era claro: alcançar a estabilidade monetária (ANDERSON, 1995). Num contexto de crise da dívida – realidade da América Latina na década de 1980 –, era preciso abrir mão de qualquer “ideologia” e adotar o receituário de Washington para pôr as casas em ordem²⁵. No entanto, antes de focarmos na materialização do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, é preciso dar um passo atrás para analisar brevemente a trajetória econômica que conduziu a adoção deste paradigma.

2.1 – Um breve histórico: da crise da dívida à adoção do receituário formado em Washington

A ditadura civil-militar²⁶ instaurada no Brasil no ano de 1964 experimentou no início da década de 1970 o “milagre econômico”, com substanciais taxas de crescimento às custas de um arrocho salarial contra a classe trabalhadora. É válido ressaltar que este período foi favorecido por uma conjuntura externa favorável. Contudo, mesmo com uma inflexão neste cenário internacional vantajoso, o governo ditatorial optou por continuar a crescer, mesmo que ampliando o grau de endividamento externo da economia. O governo Geisel, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1974, perseguiu não só um crescimento, mas também toda uma reestruturação na estrutura produtiva do país (PAULANI, 2006, p.102). A fim de concluir o processo de industrialização houve captação de recursos estrangeiros por parte dos setores privados, mas especialmente pelas empresas públicas e governo, fazendo com que o processo de endividamento externo se intensificasse neste período. Este movimento foi possível por conta de uma grande quantidade de capitais que se encontravam disponíveis devido ao

²⁵ Para uma melhor compreensão do receituário proposto por Washington, recomenda-se a leitura dos 10 tópicos contidos no texto de Williamson (1990).

²⁶ Entendemos aqui civil-militar no sentido que Dreifuss (1981) apresenta em seu livro *1964: a conquista do Estado*. Para o uruguiaio, civil se refere fundamentalmente à articulação entre os setores do empresariado a partir de instituições que atuavam na sociedade civil.

crescimento propiciado pela “era de ouro”, que fez com que parcelas cada vez maiores dos lucros fossem direcionadas para o sistema financeiro internacional (GONÇALVES; POMAR, 2001, p.12). Os eurodólares acumulados na *City* de Londres e os petrodólares – resultantes do choque de petróleo de 1973 – precisavam ser reciclados. Como no centro do sistema havia uma forte recessão atingindo as atividades produtivas, uma gama de capitais estava disponível na *City* para os tomadores de empréstimo, especialmente os países latino-americanos na periferia do sistema (PAULANI, 2006, p.75).

Nesse contexto de crise mundial e busca incansável por valorização rentista, os países periféricos, através de um aumento expressivo do grau de endividamento, buscaram obter os recursos que necessitavam para o desenvolvimento nacional a juros baixos, enquanto os países em recessão alcançavam um alívio em sua situação, “azeitando” suas economias através da valorização na esfera financeira. A situação, a princípio, parecia benéfica para ambos os lados (GONÇALVES; POMAR, 2001, p.12). Todavia, a elevação brusca dos juros norte-americanos, acompanhada do segundo choque do petróleo, em 1979, desnudaram a conjuntura, evidenciando o quão danoso era esse quadro para os países latino-americanos.

A “crise das dívidas”²⁷ da década de 1980 foi, então, o gatilho necessário para a propagação dos ideais liberalizantes, focados, principalmente, no mercado financeiro na região periférica do globo²⁸. Em consonância com as mudanças que ocorriam na acumulação de capital em todo mundo, a periferia capitalista adentrou no capitalismo contemporâneo.

Conforme explicam Gonçalves e Pomar (2001, pp. 15-18), até o início da década de 1980 os empréstimos eram mantidos a fim de continuar com o ciclo de pagamento dos juros para os grandes grupos internacionais. Desta forma, o endividamento do Estado continuou crescendo exponencialmente. Entretanto, a moratória do México alterou em parte a dinâmica deste endividamento. Com receio de o episódio ser repetido

²⁷ É preciso fazer uma ressalva quanto a década de 1980. Ela é conhecida como década perdida. Entretanto, foi durante este período que a classe trabalhadora se reorganizou em diversas frentes (MST, CUT, PT, Constituinte, entre outros) e conseguiu retomar uma posição combativa frente ao capital.

²⁸ Contudo, não podemos deixar de mencionar que, se é verdade que este é o contexto em que o neoliberalismo se torna hegemônico na América Latina, não é certo que fosse algo totalmente novo no continente. Isso porque o experimento da política fundamentada nos ideais neoliberais foi justamente o Chile ainda na década de 1970, com a ditadura de Pinochet.

em outros países latino-americanos, os bancos privados estrangeiros interromperam os empréstimos para o Brasil, apenas retomando a atividade após organizações internacionais – fundamentalmente o FMI – intervirem, diagnosticando e propondo remédios para “sanear” a situação econômica do país. O programa do FMI buscava a reprogramação e o refinanciamento da dívida sob o comando do Clube de Paris²⁹ e aplicava como condição aos devedores a adoção de uma série de ajustes supervisionada pelo FMI. Como a causa dos problemas brasileiros, segundo o Fundo, eram, além do contexto internacional, o efeito

de fatores internos como: “excessivo endividamento externo”; “excessiva presença de empresas estatais na economia”; “excessivo volume de incentivos fiscais e subsídios creditícios”; “distorções nas taxas alfandegárias, restrições às importações e operações cambiais”; “aumentos salariais para os trabalhadores, acima da produtividade” (idem, pp.16),

a exigência era que o governo brasileiro, de maneira mais imediata, alcançasse superávits comerciais expressivos para poder cumprir com o serviço da dívida, e que no médio e longo prazo alterasse todo o padrão de desenvolvimento, modificando assim estruturalmente a forma de inserção do país no globo. As condições eram demasiado exigentes e a retomada dos empréstimos parecia posicionar novamente o país no caminho do endividamento gigantesco, colocando as próprias reservas brasileiras em risco. Este fato fez com que até mesmo um governo ligado à ditadura (Sarney) se pronunciasse visando o não pagamento da dívida no início de 1987. Entretanto, após apenas sete meses o governo suspendeu a moratória, iniciando o caminho – concretizado apenas na década seguinte – para o alinhamento às exigências do capital internacional para se tornar um “bom pagador”.

Para sanar essa mazela causada pela dívida, diversas agências multilaterais – como Banco Mundial e FMI –, além de economistas da América Latina e oficiais do tesouro americano se reuniram em Washington no final da década de 1980 para discutir a situação dos países latino-americanos e diagnosticar o que precisava ser feito para permitir que os países voltassem a crescer. Vale ressaltar que o tripé da restauração do

²⁹ Grupo formado em 1956 a partir de países credores. Apesar de ser um grupo “informal”, mantém laços estreitos com o FMI.

capital citado no primeiro capítulo já estava sendo implementado em diversos países da região. O encontro tratava-se justamente de uma avaliação dessas medidas e da construção de condições para enviar ajuda financeira aos países endividados. Como destacam Gonçalves e Pomar (2001, p.16), o diagnóstico e o remédio para a década de 1990 foram os mesmos para todos os países subdesenvolvidos: um aprofundamento das medidas que começaram a ser praticadas no início dos anos 1980.

O “Consenso de Washington” foi sistematizado por John Williamson (1990) e possui um receituário centrado em 10 pontos principais:

1. Déficits orçamentários pequenos o bastante para serem financiados sem recurso ao imposto inflacionário;
2. Gastos públicos redirecionados de áreas politicamente sensíveis que recebem mais recursos do que seu retorno econômico é capaz de justificar para campos negligenciados com altos retornos econômicos e potencial para melhorar a distribuição de renda, tais como educação primária, saúde e infraestrutura;
3. Reforma tributária de forma que alargue a base tributária e reduza alíquotas marginais;
4. Liberalização financeira, envolvendo um objetivo final de taxas de juros determinadas pelo mercado;
5. Uma taxa de câmbio unificada a um nível suficientemente competitivo para induzir um crescimento rápido nas exportações não tradicionais;
6. Restrições comerciais quantitativas a serem rapidamente substituídas por tarifas que seriam progressivamente reduzidas até que fosse alcançada uma taxa baixa uniforme da ordem de 10% a 20%;
7. Abolição de barreiras que impedem a entrada de investimento estrangeiro direto;
8. Privatização de empresas de propriedade do Estado;
9. Abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição;
10. A provisão de direitos garantidos de propriedade, especialmente para o setor informal. (ALMEIDA, 2010, pp. 252-253)

Essa prescrição entrelaçou a agenda de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos com a de estabilização macroeconômica. O discurso centrou-se na ideia de que o desenvolvimentismo – corrente ideológica que sustentara as políticas públicas implantadas no Brasil durante o pós-guerra, que visava a superação da condição de subdesenvolvimento – não havia sido capaz de dar conta dos problemas enfrentados pela periferia. Assim, “nenhuma das ideias levantadas pela literatura desenvolvimentista [...] desempenha qualquer papel essencial no contexto de Washington [...]” (WILLIAMSON, 1990, p.12). O “consenso” condensou todo escopo político-ideológico do neoliberalismo, transformando-o em um receituário³⁰ de medidas concretas priorizando a “prudência macroeconômica”, o superávit primário e relegando ao setor privado o papel de protagonista de condutor do desenvolvimento.

2.2 – Transformações estruturais no país a partir da década de 1990

A inserção do Brasil na produção mundial, que já vinha passando por mudanças desde o início dos anos 1980, sofreu uma deterioração na década de 1990. É nesse período que pretendemos focar, pois, segundo Paulani (2010), é neste momento que se inicia no país um “estado de emergência econômico”³¹, que se caracteriza, justamente, pelo discurso neoliberal de que não há outra opção possível, permitindo, deste modo, que as deliberações do receituário ortodoxo fossem implantadas a qualquer custo. Buscaremos, de maneira concisa, mostrar como esse escopo se concretizou em políticas

³⁰ Devemos destacar, como ressalta Filgueiras (2006, p. 180), que a materialização deste ideário assume particularidades de acordo com o país e o período que é implementado. Nas palavras do autor, “Embora tivesse como referência a experiência de outros países da América Latina, e mesmo dos Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, além das recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, a concepção aqui adotada é de que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, e que foi implantado. Na verdade, a ideia é de que o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma *ex-post*, isto é, como resultado da luta de classes. É isto que explica, em grande medida – ao lado das características próprias da formação econômico-social anterior -, a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral”.

³¹ Brevemente, podemos sintetizar que esta ideia tem relação com a situação em que a necessidade se impõe como imperativo maior sobre a normalidade, ou seja, “transformar em regra, a emergência, fazendo da exceção um paradigma de governo”. Para uma conceituação mais completa ver Paulani (2010).

públicas nos governos deste decênio, enfocando particularmente seus aspectos financeiros. Afinal, mesmo que amplamente criticado no início, o consenso de Washington foi sendo implantado em diversos países, mesmo por aqueles que se diziam contrários a ele. Tal fato já nos demonstra o sucesso do neoliberalismo na construção de um discurso hegemônico que, mesmo admitindo uma multiplicidade de políticas distintas – que serão executadas por partidos políticos aparentemente antagônicos –, direciona o cerne de toda a economia (ANDERSON, 1995).

O Brasil foi um dos últimos países na América Latina a implementar esta nova agenda. Conforme salienta Filgueiras (2006, p.180-181) esse “atraso” foi resultado da falta de aglutinação entre os ideais das frações do capital em torno de um novo projeto, antes focado no Modelo de Substituição de Importações (MSI), e também da crescente mobilização da classe trabalhadora, que desde os anos de 1980 se organizava em diversas frentes, construindo grandes greves durante toda a década. Foi justamente essa movimentação do proletariado que alertou a classe dominante. A construção de um partido de massas, o Partido dos Trabalhadores (PT), buscava formar um governo popular e democrático. Contudo, com a dificuldade de tornar esse projeto hegemônico e a reagrupação da elite econômica e política do país, o sonho tornou-se cada vez mais distante, especialmente com a vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 sobre Lula, representante daquele projeto popular. A partir deste momento, apesar das disputas internas, as frações do capital se aproximam em torno do projeto neoliberal em vista de manterem o controle político de toda nação. Afinal, não poderia se deixar passar o bonde da história rumo ao admirável mundo novo da globalização (PAULANI, 2006, p. 87).

O discurso em torno de um projeto de desenvolvimento orientado e planejado pelo Estado se distanciava à medida que o ideário ortodoxo ganhava espaço, uma vez que os planos heterodoxos, especialmente os de estabilização³², pareciam não dar certo. Foi nesta mescla de definições acerca da forma de conduzir o Estado que Collor assumiu a presidência do Brasil em 1990. O Plano Nacional de Desestatização e o Plano

³² A inflação era um problema que há muito afligia os governantes e seus técnicos - pois assumia um caráter inercial -, mas era, sobretudo, a classe trabalhadora que mais sofria seus danos. Havia um descontrole contínuo dos preços, e diversos planos de estabilização como os planos Cruzado, Verão, Bresser, entre outros, não deram conta de sanar esta mazela. O descontentamento da população e a incerteza com o nível de preço criaram um ambiente favorável a aceitação das políticas ortodoxas, uma vez que estas se apresentam como alternativa ao insucesso das tentativas heterodoxas. No entanto, vale ressaltar que o Plano Real ainda era um plano heterodoxo.

Brasil Novo – mais conhecido como Plano Collor³³ -, ambos criados em 1990, foram dois dos grandes direcionadores das reformas que Collor buscou implantar. O primeiro tinha como objetivo não apenas a venda de empresas estatais, mas também a concessão de serviços e obras públicas ao setor privado, reordenando a posição do Estado na economia, e assim possibilitando o fim das amarras ao setor privado, além de sanar as contas públicas de um antigo gigantismo de Estado que devia cada vez mais ser diminuído (ALMEIDA, 2010, p.273). Já o plano de estabilização caminhou pelo viés recessivo através do bloqueio de aplicações financeiras. A reforma monetária que substituiu o cruzado novo pelo cruzeiro foi outro suporte deste plano. O objetivo era controlar a liquidez da economia a um limite de 10% do PIB, uma vez que se advogava que acima deste patamar, as atividades especulativas que seriam requisitadas pelos recursos financeiros e não as de compra e venda de mercadorias. Com o encolhimento da liquidez a inflação caiu no primeiro momento, mas logo depois retornou a níveis elevados com a remonetização da economia (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Aliados a esses dois planos, o governo Collor ainda introduziu outras medidas estruturais, em consonância com o escopo neoliberal, como: (i) aplicação de um ajuste fiscal, sustentado em corte de gastos e investimentos públicos e na eliminação de incentivos fiscais, para alcançar um superávit operacional de 2% do PIB; (ii) reforma liberalizante no comércio externo, principalmente nas importações; (iii) instauração do “câmbio livre”, determinado pelo mercado através de agentes credenciados pelo Banco Central (PINTO, 2010, p. 240).

O insucesso da estabilização dos preços, o sequestro dos ativos, a forte recessão econômica, as denúncias de corrupção na campanha eleitoral, somados à incapacidade do governo de articular os diversos interesses da classe dominante, fizeram com que Collor se isolasse das mais variadas camadas sociais, permitindo que um pedido de *impeachment* fosse acatado pelo Congresso Nacional, em setembro de 1992 (Idem, Ibidem). A insatisfação, no entanto, parecia ser com a figura, ou seja, com a representação do governo, e não com o projeto que estava sendo implementado. Todavia, existia ainda uma intensa disputa entre a classe dominante em torno de qual caminho seguir.

³³ Para um detalhamento maior acerca de o Plano Collor ver Carvalho (2006).

O mandato de Itamar Franco, vice de Collor, foi um período de transição que teve como principal objetivo a garantia do controle da inflação, na falta de um projeto definido. A fim de legitimar o governo, perseguiu, em conjunto com a estabilização de preços, uma série de reformas institucionais e administrativas no final do ano de 1993. Conforme explicam Pinto e Balanco (2007, p.13), houve três fases díspares e consecutivas desta estabilização: (i) a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) que possibilitava a desvinculação de 20% das receitas orçamentárias; (ii) a criação de uma nova unidade de conta, Unidade Real de Valor (URV) já em março de 1994, que funcionava, através de um ajuste diário a partir da média de três índices de preços, como um superindexador envolvendo preços, taxa de câmbio, contratos e salários. A utilização desta nova unidade permitiu a “coordenação das expectativas, garantiu informação para os formuladores de preços e criou as condições de ‘conversão’ dos contratos, eliminando-se, assim, as ‘causas’ da indexação” (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p.365); (iii) a última fase, já em meados de 1994 converteu os valores em URV e da antiga moeda para o Real, a nova moeda criada. Em conjunto com esse plano, o governo de Itamar Franco seguiu com as medidas privatistas do governo anterior, intensificando-as com o intuito de melhorar a eficiência industrial, assim como acentuou a abertura financeira – através de estímulo ao investimento estrangeiro e liberalização da conta capital do balanço de pagamentos, atraindo capital externo para financiar déficits transacionais e o próprio crescimento econômico uma vez que, como defendiam os defensores do modelo liberal, devido à incapacidade de formação de poupança interna, o Brasil não era capaz de crescer de forma autossustentada – e comercial – propiciando maior concorrência entre os produtores nacionais (idem, ibdem, p. 241).

Diferente do contexto do Plano Cruzado, por exemplo, a conjuntura externa em 1994 era favorável e contava com grande liquidez internacional. Vale destacarmos que a obediência ao credo neoliberal era indispensável para que as benesses da conjuntura externa se materializassem em terras brasileiras. Os capitais dos países desenvolvidos somente migraram para a periferia do sistema porque viam na necessidade de financiamento desses países, uma exorbitante taxa de juros e extensos programas de privatizações do setor público (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Em suma, o êxito do Plano Real está associado a

Maior liquidez internacional, a abertura comercial e da conta de capital, a reestruturação da dívida externa (Plano Brady) e a ampliação das inovações financeiras (derivativos, mercados futuros etc.) que potencializaram o afluxo de capital para o Brasil, o que, por sua vez, ampliou o grau de liberdade para a implantação do Plano Real, possibilitando a constituição da “âncora cambial” como instrumento de “desinflação” (PINTO; BALANCO, 2007, p.13).

O foco na estabilização e as diversas medidas que vieram em conjunto com este plano, iniciado no governo Itamar e aprimorado no governo seguinte, evidenciavam que as mudanças em curso não se tratavam somente de uma busca por uma estabilização, mas sim de uma transformação no modelo de desenvolvimento do país, como destacam Belluzzo e Almeida (2002, p.373). Abertura e competitividade tornaram-se palavras de ordem, e a obtenção da estabilidade inflacionária num momento de privatizações e diminuição do Estado colaborou para a tese de que o tamanho e a intervenção deste era o problema. Contornar, portanto, esses empecilhos, era primordial para que o Brasil voltasse a crescer substancialmente, adentrando numa nova fase de prosperidade (PINTO, 2010, p. 241).

Outras medidas no sentido de intensificar o alinhamento no circuito internacional de valorização financeira realizadas no governo Itamar Franco foram: a negociação para tornar internacional o mercado de títulos públicos brasileiro, a desregulamentação do mercado financeiro do país e a abertura do fluxo internacional de capitais a partir de medidas como as alterações nas chamadas contas CC5, que passaram a permitir o envio de recursos para o exterior – de residentes e não residentes – a partir da moeda doméstica. Desta forma, a partir do lançamento destes títulos cotados no exterior, o Brasil passa a estar inserido na lógica das finanças de mercado internacionalizadas. Esta dinâmica permitiu que a valorização financeira adentrasse no cerne da esfera da acumulação³⁴ (PAULANI, 2006, pp. 90-91).

Sob o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente em 1994 e assumiu com um projeto claro de “modernização” do país e especialmente suas instituições (idem, ibidem, p. 88). Neste momento, a fração burguesa bancário-financeira exercia relativa autonomia em todo globo, principalmente através das

³⁴ Foi através desta liberalização do mercado financeiro que cifras gigantescas como 40 bilhões de dólares puderam sair do país em apenas cinco meses (setembro de 1998 a janeiro de 1999) quando se percebeu uma grande desvalorização do real se avizinando (PAULANI, 2006, p. 91).

instituições “supranacionais”, e exigia justamente a estabilidade macroeconômica como diretriz das economias latino-americanas. O Brasil encontrava-se em sintonia com esta demanda. O modelo liberal começou a ganhar formas mais delimitadas, sempre de acordo com as exigências internacionais pautadas pela globalização financeira e a reestruturação produtiva – abordados no primeiro capítulo deste trabalho. Todavia, esse projeto tomou um formato muito mais bem definido à medida que a disputa entre a classe dominante brasileira em torno de qual ideário de desenvolvimento seguir começou a diminuir, possibilitando uma relativa convergência à adesão ao neoliberalismo, guiada, principalmente, pelo mito da “modernidade” associado à globalização (PINTO, 2010, pp. 241-242).

A estabilização, neste contexto, pareceu criar um estado de “emergência econômica”. As políticas eram implementadas em prol da estabilização e contra o retrocesso, descrito como a volta da inflação, ou a falta de credibilidade no mercado externo, ou simplesmente estar fora do futuro, da globalização e de todos os benefícios proporcionados por ela, justificando, assim, “qualquer barbaridade em nome da necessidade de salvar o país” (PAULANI, 2006, p.91).

Durante os dois mandatos de FHC, esse argumento difundiu-se e pareceu dirigir as políticas macroeconômicas ortodoxas e reformas estruturais liberalizantes efetuadas (GONÇALVES, 2006, p. 208). Durante este governo o Plano Real foi consolidado e a política cambial de sobrevalorização do real, juntamente com a abertura comercial e financeira, provocou um movimento de centralização de capital através de aquisições e fusões. Em conformidade com este trajeto, a partir de uma série de privatizações, desencadeou-se um processo de desnacionalização e internacionalização da economia no qual “o capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram se transnacionalizar, aumentaram sua participação na economia e seu poder político” (FILGUEIRAS, 2006, p. 190). Atrelado a esse cenário, as exportações assumiram uma importância estratégica a partir dos anos 2000, e, assim, grupos ligados a esse tipo de atividade – como o agronegócio – passaram a ganhar cada vez mais destaque, enquanto importantes segmentos industriais foram prejudicados, proporcionando em certa medida um processo de desindustrialização (idem, ibidem, pp. 190-193).

Ainda seguindo Filgueiras (2006, pp. 191-195), conforme a reestruturação produtiva se colocava em todo globo como pilar necessário garantidor da nova dinâmica de acumulação do capital, no Brasil, o número de multinacionais se intensificou, estreitando o elo com as redes corporativas através do comando nos países desenvolvidos, por conseguinte ampliando em solo local um amplo processo de terceirização. Durante os governos FHC, as frações do capital se articularam na busca da flexibilização do mercado de trabalho, provocando um extenso debate em torno dos encargos sociais e trabalhistas, sendo estes vistos como barreiras à ampliação da competitividade dos pequenos e médios capitais, os quais bradavam por sua redução e/ou extinção. Sob esse aspecto foram feitas reformas administrativas que permitiram a demissão e contratação de funcionários sem necessidade de concursos do setor público, o que flexibilizou também as relações trabalhistas neste âmbito.

Na nova configuração internacional, o Brasil possuía o papel de importador líquido de bens e serviços, o que provocava saldos negativos nas transações correntes do balanço de pagamento. Esse saldo era financiado pelas privatizações, aquisições e pelo intenso fluxo de capitais, o que permitia o equilíbrio do balanço de pagamentos. No entanto, a crise cambial de 1999, inserida no contexto de uma séria de outras crises financeiras internacionais, fez com que a dinâmica se alterasse, adotando-se o regime de câmbio flutuante em contraponto ao de bandas cambiais. O objetivo do segundo governo FHC era de alcance de expressivos superávits na balança comercial como pressuposto para remuneração do capital financeiro internacional (idem, ibidem, pp. 192-195). Para preservar as garantias dos possuidores de ativos financeiros emitidos pelo governo, se instaura a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, a qual visava

estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos que coloca em primeiríssimo e indisputável lugar o credor financeiro, em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos (políticas de renda e políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos (PAULANI, 2006, p. 92).

É possível perceber a estratégia para manter o país como mercado financeiro emergente, uma vez que a austeridade da LRF não exigia nenhum controle sobre os que

determinavam a política de juros ou elevavam a dívida pública em favor dos credores – nacionais e internacionais –, enquanto demandava feroz diminuição nos gastos sociais dos prefeitos e governadores (idem, ibidem, p.92). A busca por elevados superávits fiscais primários era, portanto, para o pagamento da dívida pública.

A determinação de substanciais superávits primários influenciou diretamente a carga tributária do país, aumentando-a. O foco recaiu sobre as contribuições – e não sobre os impostos – a partir de novas contribuições ou da elevação das alíquotas das que já existiam, pois estas não possuíam suas arrecadações divididas entre União, Estado e Município, pertencendo somente à União (FILGUEIRAS, 2006, p.195). Sempre direcionando para beneficiar os credores do Estado e do capital, o governo brasileiro se comprometeu com o FMI, em 2001, a elaborar estratégias para contornar os impactos negativos sobre o mercado de capitais decorrentes da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). No ano seguinte, em 2002, último ano do governo FHC, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 37, que isentou a ocorrência dessa tributação sobre recursos aplicados na bolsa de valores. Analogamente, “passou a ser isenta de imposto de renda a distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros e a remessa de lucros ao exterior” (PAULANI, 2006, p. 92).

Ambos os governos de FHC se caracterizaram por implementar abertamente as reformas solicitadas por Washington. O Estado foi reestruturado e tornou-se cada vez mais distante das atividades diretamente produtivas, as quais ficaram a cargo do setor privado nacional e estrangeiro, tendo como consequência a criação de diversos oligopólios privados. Tal fator evidenciou quem era responsável por conduzir a dinâmica econômica do país.

Para finalizar a análise do governo de Fernando Henrique Cardoso, queremos destacar a reforma previdenciária que teve início neste governo, mas só foi consolidada no mandato de Lula. As mudanças nas regras da aposentadoria foram feitas de modo a reduzir benefícios e direitos, permitindo, desta maneira, a atuação de fundos de pensão privados, tudo em prol do equilíbrio fiscal (FILGUEIRAS, 2006, p. 195). O sistema previdenciário brasileiro que se estruturava em um regime de repartição simples, marcado pela chamada solidariedade intergeracional³⁵, e se tratava, basicamente, de um

³⁵ Sobre a antiga estrutura do sistema previdenciário, Paulani (2006, p. 92) explica que era estruturado predominantemente pelo regime de repartição simples e constituía praticamente um monopólio do

monopólio do Estado foi reajustado sob o pretexto de déficits insustentáveis. Os gastos com a previdência eram considerados em excesso e precisavam ser controlados. Em 1998, o governo FHC iniciou a mudança desse sistema através de duas medidas: ampliação do prazo para requisição dos benefícios e a imposição de tetos diminutos para seu pagamento. Com o intuito de fornecer ao país os dispositivos institucionais primordiais para a sua inserção na globalização financeira – na qual o mercado privado de previdência é essencial –, o governo concedeu espaço para que a importância da previdência privada aumentasse cada vez mais, tornando-se um complemento indispensável à futura aposentadoria. No regime de capitalização presente no mercado privado não há solidariedade intergeracional: os retornos são individuais e proporcionais à capacidade de pagamento de cada um, e cabe aos gestores desse fundo proporcionar o rendimento financeiro capaz de cumprir com as expectativas previdenciárias dos agentes. Logo, este novo regime está em busca constante pela maior liquidez no menor período possível de tempo aliado ao menor risco viável, o que torna os títulos da dívida pública atrativos aos seus portfólios. Nesta nova dinâmica, quanto maiores as taxas de juros melhor para os fundos de pensão. Analogamente, quando a aplicação é feita em ações – renda variável –, o que se persegue são aquelas com maior tendência à valorização. No contexto, isto apontava para os papéis das empresas que se enquadravam na reestruturação produtiva e aplicavam, portanto, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho (PAULANI, 2006, pp. 92-93). Em suma, como explica Paulani (idem, p.93),

(...) o equilíbrio financeiro desses fundos está na dependência de um comportamento das variáveis-chave macroeconômicas que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores. A perversidade desse comportamento é parte das contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo – que gera renda real – enquanto engorda o capital financeiro – que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda.

Estado. Esse tipo de regime é marcado pela chamada solidariedade intergeracional (quem trabalha gera renda para quem não trabalha), sendo, portanto, tanto mais equilibrado financeira e atuarialmente quanto maiores forem o crescimento, o emprego e o rendimento médio dos trabalhadores.

Após mais de uma década de injeção neoliberal, os resultados pareciam não ter sido aqueles almejados e tão difundidos no início do processo. A recente inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho produziu reprimarização das exportações e favoreceu indústrias com baixo valor agregado e intensivas em mão-de-obra, enquanto se desenvolveu e estimulou instrumentos financeiros e o poder dos bancos. A autonomia nacional confundiu-se cada vez mais com o poder das grandes transnacionais e dos diversos grupos econômicos. O Estado perdeu seu espaço em setores estratégicos da economia, o que diminuiu sua autonomia na condução da política econômica de todo país. O agravamento da fragilidade financeira, a livre mobilidade de capitais e o crescimento vertiginoso da dívida, com encargos financeiros exorbitantes presentes no início do século XXI, dificultavam a execução da política macroeconômica que a cada dia se encontrava mais subordinada aos interesses do setor financeiro. Neste contexto, interesses das distintas frações de classe do capital se redefiniram dentro do próprio Estado (FILGUEIRAS, 2006, p.195).

O desempenho macroeconômico após dois governos FHC não era satisfatório tanto nos aspectos relacionados ao crescimento econômico quanto no que tange a desigualdade social e sua redução, mesmo com as políticas sociais focalizadas. Como destaca Gonçalves (2006), a trajetória percorrida pelo país até 2004 – já abarcando dois anos de governo Lula, que será comentado mais abaixo – foi marcada por instabilidade e crise, produzindo resultados medíocres, tudo sob a consolidação da dominação financeira. Os investimentos diminuíram, a dívida cresceu parelha ao desemprego. O descontentamento com esse desempenho era perceptível. Problemas recorrentes resultantes da vulnerabilidade externa e da deterioração das contas públicas, como baixo crescimento econômico, somados em conjunto com a intensificação da exploração da classe trabalhadora (PINTO, 2010, p. 243) geraram um desejo por mudança. O dogma neoliberal passou a ser questionado e o discurso de que não havia outra solução possível pareceu minguar diante das pretensas alternativas que se apresentavam. A piora nos serviços públicos como educação, saúde e segurança e a crescente desigualdade de renda foram fatores que contribuíram nas condições para que Luiz Inácio Lula da Silva alcançasse a presidência na eleição de 2002.

O Partido dos Trabalhadores nasceu de uma intensa reorganização da classe trabalhadora na década de 1980³⁶. Lula, grande representante do partido, tentava se eleger desde essa época. Após sucessivas derrotas, sua vitória em 2002 pareceu um último fôlego do ideal desenvolvimentista que há muito havia sido abandonado pela adesão do arcabouço neoliberal em terras brasileiras. Contudo, ainda durante o período eleitoral, Lula emitiu a “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual se comprometia em continuar com as medidas implementadas pelo segundo governo FHC e a cumprir todos os contratos já firmados com bancos e instituições financeiras. Apesar de muitos torcerem para que esta carta fosse uma estratégia eleitoral, o que se constatou no governo Lula foi de fato uma continuidade do projeto que havia sido iniciado na década anterior (PINTO, 2010, pp. 244-246). O discurso de que só há uma política macroeconômica cientificamente comprovada – a que restringe a política monetária às metas inflacionárias, a fiscal aos superávits e a cambial que deve ser ditada pelo mercado – pareceu sustentar-se, e, independentemente do espectro ideológico do governo, ela deveria ser adotada. Portanto, a nível macro não há contestação – as divergências se limitam mais ao âmbito microeconômico, com políticas voltadas ou não para a questão social (PAULANI, 2003, pp. 59-60).

A busca pela “credibilidade” frente ao mercado internacional foi uma justificativa para a efetivação das políticas pró-mercado implantadas até a eleição de Lula. Todas as reformas e mudanças, por mais amargas que fossem, apareciam como necessárias para que o país recuperasse sua “credibilidade” frente ao novo regime de acumulação que estava sendo gestado em todo mundo. Todavia, mesmo que os jornais dos EUA, em 2003, declarassem que o Brasil estava em alta em Wall Street e que o presidente eleito era bem querido pelos investidores, a política econômica não sofreu uma inflexão pró-crescimento e pró-emprego (idem, ibidem, p. 60).

Uma das primeiras medidas do governo Lula foi dar prosseguimento à reforma na previdência iniciada no governo anterior. O mercado de previdência complementar não podia ficar restrito apenas aos trabalhadores da iniciativa privada, era preciso ir além. Ciente desta necessidade, o governo incluiu o setor público nesta etapa, propiciando, assim, a abertura de um novo – e expressivo – espaço de valorização para o setor financeiro privado. Afinal, os empregados do serviço público possuíam, em

³⁶ Cabe assinalar que a mobilização da classe trabalhadora é fruto, diretamente ou indiretamente, do “novo sindicalismo”. Sobre o surgimento do PT, ver Keck (2010).

média, renda mensal maior, além de não conviverem com a iminência de demissão. A taxaço sobre os inativos foi outro aprofundamento proporcionado por esse governo, além da determinação de aumento nas contribuiçoes e da elevaço da idade e tempo de trabalho como condiço para obter o benefcio da aposentadoria. Este ajuste fiscal foi feito atraves de um discurso no qual o funcionalismo pblico assumia o papel de vilão das contas pblicas. Com relaço às dívidas acumuladas de empresas falidas, em 2005, foi instaurada uma nova Lei de Falências que colocou o interesse dos credores a frente dos trabalhadores e do próprio Estado. A mudanço consistiu em manter as dívidas trabalhistas como prioritárias no recebimento de recursos destas empresas, mas com o estabelecimento de um limite de R\$ 39 mil de repasse; e em inverter o segundo e terceiro lugar nesta lista prioritária, com as dívidas financeiras ultrapassando as dívidas tributárias. Foi assegurado, deste modo, que o setor financeiro receberia de maneira privilegiada as dívidas acumuladas (idem, 2006, pp. 93-94). Estas alteraçoes evidenciaram que a esfera financeira continuava a ter um papel favorecido neste novo governo, apesar da filiaço ideológica distinta.

Durante o primeiro mandato se perseguiu, ainda, a autonomia do Banco Central. O objetivo era conduzir a política monetária em prol do serviço da dívida e da premiaço dos detentores de papeis pblicos com juros reais elevados, evitando, de tal modo, a intervenço de “presidentes irresponsáveis e gastadores”, como dizia o então ministro de planejamento, Guido Mantega³⁷. Aumentou-se também a Desvinculaço de Recursos da União (DRU) – que se tratava do antigo Fundo de Estabilizaço Fiscal que deixava livre de vinculaço os 20% de impostos e contribuiçoes federais que o compunham –, prorrogando-a para 2007 e estendendo essa medida para estados e municípios, não se restringindo, portanto, apenas a União. Aliado a essas medidas, a Lei de Responsabilidade Fiscal atuava resguardando os papeis emitidos por instâncias inferiores do Poder Executivo, assegurando que fossem honrados (idem, ibidem, pp. 94-95).

Segundo Pinto (2010, pp. 245-248), podemos perceber que o governo Lula manteve os três pilares que sustentaram a política macroeconômica dos governos anteriores – os quais eram abertamente favoráveis à liberalizaço econômica como forma de alcançar uma trajetória autossustentada de crescimento: (i) sistema de metas;

³⁷ Citado por Paulani e Pato (2005, p. 25).

(ii) superávits primários e (iii) câmbio flutuante. Com relação aos superávits primários vale ressaltar que o governo endureceu a política a ponto de exigir a elevação deste para além do que o FMI havia determinado, de 3,75% para 4,25% do PIB. Retomamos, então, ao estado de emergência econômico abordado por Paulani (2010, pp. 123-124): o país parecia estar sempre na beira de um abismo, o que justificava a implementação e aceitação das medidas mais austeras para manter a economia no prumo. O governo do PT – partido até então amplamente crítico do que estava em curso no país – pareceu se render a esse estado de exceção, tornando cada vez mais distante o projeto de governo antineoliberal e de resgate do desenvolvimento do próprio partido. Desta forma, o governo Lula manteve a política de taxas de juros reais vigentes (conservando o Brasil com taxas de juros elevadíssimas); demandou superávits primários sempre próximos de 5% do PIB, ainda que se conservasse um elevado déficit que tornava essa tarefa cada vez mais difícil para toda população; e priorizou o pagamento do serviço da dívida ao mesmo tempo em que se bradava que não havia recursos para áreas básicas, como o sistema público de saúde, e reforma agrária, por exemplo.

Essas ações foram se aprofundando, mesmo com o câmbio valorizado, o risco-país reduzido e com a melhora dos preços dos papéis brasileiros nas bolsas internacionais. Ainda que o precipício parecesse mais distante, a condução da política econômica parecia não se alterar (idem, ibidem, p.124). A estabilização dos preços, o direito de propriedade garantido, a diminuição dos custos transacionais e a constante evolução nas expectativas dos agentes eram requisitos para o bom funcionamento do mercado – o mais apto a alocar de forma eficiente os recursos. Como era preciso garantir que este mercado tivesse dimensão internacional, foi mantida a abertura econômica, além da financeira, pois só assim o país atrairia poupança externa e se tornaria mais competitivo. Das modificações neste âmbito podemos destacar a eliminação da CC5, a conta de não-residentes, em março de 2005 e a junção dos mercados de câmbio livre e flutuante. Ações que suprimiram as barreiras que dificultavam que pessoas físicas e jurídicas convertessem reais em dólares e o enviassem para o exterior. Outro ato significativo foi a Medida Provisória 281, sancionada pelo presidente no início de 2006, que concedeu incentivos fiscais aos investidores estrangeiros que almejavam a compra de títulos da dívida pública interna (PINTO, 2010, pp.246-247).

A abertura de capital foi essencial para perseguir o crescimento via poupança externa, tendo em vista que a poupança interna era escassa na economia brasileira. Para modernizar a economia interna possibilitando que ela se tornasse competitiva em um mundo amplamente globalizado, era preciso atrair investimento direto estrangeiro (IDE) ou em carteira. A abertura ocorreu em diversas frentes e não foi diferente no plano comercial. O objetivo era facilitar a importação de tecnologia e aumentar a concorrência entre as empresas já instaladas (CARCANHOLO; FILGUEIRAS; PINTO, 2009).

O enfoque na estabilidade macroeconômica é um dos principais ditames do arcabouço político-ideológico neoliberal. Controlar o sistema de preços era tão importante que todas as políticas deveriam estar subordinadas a este objetivo. O sistema de metas para inflação determinava justamente isto. Políticas anticíclicas efetuadas pelo Banco Central no curto prazo não poderiam ameaçar este propósito de longo prazo da estabilidade, até porque o viés inflacionário em nada contribuía para a economia (BARRO; GORDON apud PINTO, 2010).

Com o regime de política econômica voltado para a sustentação da dívida – consequentemente para preservação da riqueza fictícia, entendida nos termos discutidos no próximo capítulo – e para a estabilidade de preços, o grau de investimento público reduziu expressivamente. Mesmo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no segundo mandato de Lula, que visava investimento em infraestrutura, o governo permaneceu com o foco anterior, e as deduções não computadas no planejamento financeiro e orçamentário do PAC não foram utilizadas para diminuir o superávit primário (PINTO, 2010, p. 252).

O controle dos gastos e ajuste das contas públicas em função da redução da relação dívida/PIB foram medidas asseguradas durante o governo. A prioridade pelo ajuste ficou evidente à medida que as mudanças na área fiscal e tributária almejavam o aumento da arrecadação e a sustentação da meta fiscal. Apesar disso, devemos salientar que existiram alterações nestas áreas que buscaram apoiar o setor produtivo – como a redução do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns setores da economia, em 2008 e 2009, em resposta à crise *subprime* dos Estados Unidos –, mas foram poucas (OLIVEIRA, 2010, pp. 47-49). Vale destacarmos que ao concentrar demasiadamente no ajuste fiscal, o governo Lula acabou abrindo mão de reformas estruturais no setor tributário, perdendo, assim, um instrumento essencial

de política econômica e social. Dessa forma, a tributação continuou amplamente regressiva e a arrecadação voltada para o alcance do superávit primário (PINTO, 2010, p. 254).

Assim, percebemos que a forma da política econômica nacional do período – marcada pela combinação de câmbio flexível e valorizado, juros altos, e superávits fiscais – gerou custos maiores em termos fiscais, distributivos e produtivos do que os benefícios da estabilidade de preços. Podemos enxergar esses custos: no crescimento das despesas do Estado com a dívida que, por conseguinte, gera a redução dos investimentos; na desproteção da indústria nacional e na diminuição de sua competitividade a partir do aumento do diferencial de juros internos e externos; nos consequentes desestímulos dos investimentos e dos créditos aos consumidores e seus desdobramentos; e, por fim, o aumento exponencial da concentração de renda com a ampliação dos ganhos daqueles que se situam nos maiores índices de renda. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Ao longo da análise destas duas décadas (1990-2010) buscou-se demonstrar que a esfera financeira tem ganhado dimensões cada vez mais relevantes no Brasil. Tal feito parece estar em sintonia com as mudanças ocorridas no capitalismo em todo mundo a partir da crise dos anos 1960/70. Assim, podemos perceber que o tripé da restauração do capital – reestruturação produtiva, neoliberalismo, “financeirização” – tem se materializado também na periferia do sistema capitalista. Contudo, a inserção de um país dependente não se dá num contexto internacional da mesma maneira que a de um país desenvolvido.

A expansão do capitalismo contemporâneo tem assumido uma dinâmica de autonomização do capital fictício. Este padrão de acumulação impôs aos países como o Brasil uma nova forma de inserção que tem alterado a forma da dependência. Abriu-se mão da autonomia nacional e conformou-se no país um *locus* de valorização financeira. Tais modificações nos permitem constatar que o trajeto da economia brasileira nos últimos anos tem se caracterizado por uma espécie de adequação do país a uma “servidão financeira”, para usar a expressão de Leda Paulani. Aparentemente, este é o único modo permitido para que o Brasil se insira na nova dinâmica global – assumindo o “papel mais subalterno possível” (PAULANI; PATO, 2005).

Entendermos, portanto, como caracterizar teoricamente essa situação é um imperativo urgente nos dias de hoje. A análise aqui proposta, pretende que uma chave fundamental para esse entendimento seja um resgate da teoria marxiana, particularmente a partir de sua caracterização do capital fictício, bem como da teoria, sobre esta apoiada, conhecida como teoria marxista da dependência. O objetivo do próximo capítulo é justamente abordar essa temática.

Capítulo 3 – A lógica do capital fictício e seus reflexos na dinâmica da dependência

Para compreendermos a lógica do capital fictício e como sua dinâmica tem sido essencial para a conformação do capitalismo contemporâneo e para as mudanças em torno da relação dependente de países periféricos com o resto do mundo, é preciso retomar Marx e seus escritos sobre a autonomização das formas funcionais do capital. Iniciaremos, portanto, este terceiro capítulo a partir da exposição desta temática. Somente depois adentraremos mais profundamente no conceito de capital fictício e de suas implicações.

3.1 – A autonomização das formas funcionais do capital

No livro III de *O Capital*, de subtítulo “O processo global da produção capitalista”, Marx analisa a complexidade do capital total – denominado industrial³⁸ – e das formas particulares que ele assume, sem nunca excluir sua totalidade. Esse processo de substantivação é exposto nas seções IV e V do livro III, quando o autor aborda as categorias *capital comercial*, *capital portador de juros*, chegando, por fim, na apresentação do *capital fictício* (MARX, 1986, tomos 1 e 2, seções IV e V). Quanto à estrutura de exposição de Marx, que buscou abordar primeiro a lei do valor para depois adentrar na análise de capitais que não entram diretamente na esfera da produção, Miranda (2011, p.3) argumenta que tal percurso é justamente para fazer oposição àquelas concepções que defendem que o lucro é resultado da distribuição e não da produção. Afinal, o mais-valor só pode ser dividido se antes for produzido.

O primeiro aspecto importante de se ressaltar acerca da autonomização das formas do capital é que esta se insere dentro do processo global do capital e, portanto, dentro da sua própria lógica de funcionamento. Como destacam Paineira e Carcanholo (2009, p.5), “o processo de acumulação do capital total requer, para a efetivação de suas características, a autonomização de suas formas”. Logo, na substantivação – processo

³⁸ Em Marx esta categoria trata do capital geral e não deve ser confundido com indústria, como usualmente se utiliza.

no qual os “adjetivos” ganham autonomia –, embora possa parecer que estão alheias ao capital, as formas funcionais encontram-se – e são de fato – indissociáveis do capital total. Fazem parte dele, mas assumem uma especificidade, gerando uma autonomia relativa, mas nunca absoluta.

Podemos perceber que é no livro III que Marx foca mais na aparência do capital – como ele se apresenta de fato na sociedade capitalista, sua materialização –, abordando a “interação dos diversos capitais”, a qual só pode ser compreendida a partir da essência, das categorias que foram expostas anteriormente nos demais livros. Como explica o próprio autor,

No Livro Primeiro foram investigados os fenômenos que o processo de produção capitalista, considerado para si, apresenta, como processo de produção direto, tendo-se feito abstração ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias estranhas a ele. Mas esse processo de produção direto não esgota o ciclo de vida do capital. No mundo real, ele é complementado pelo processo de circulação, e este constituiu o objeto das investigações do Livro Segundo. Aqui se mostrou, especificamente na Seção III, no exame do processo de circulação como mediação do processo de reprodução social, que o modo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade de processo de produção e de circulação. **Do que neste Livro Terceiro se trata não pode ser da formulação de reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado como um todo. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção** (MARX, 1986, tomo 1, p. 23, grifos nossos).

Seguindo este percurso traçado por Marx (1986, seções IV e V), abordaremos mais detalhadamente as frações autonomizadas do capital.

O capital mercantil está associado à etapa de circulação do processo global. Este, por sua vez, contém tempo de produção – no qual se produz o mais-valor – e de circulação – referente à realização do valor produzido e à garantia da reposição da acumulação do capital, “necessidade constante e definidora da soma de valor que se aplica como capital, isto é, que se destina à valorização” (MIRANDA, 2011, p. 4). Este capital mercantil é dividido em capital comercial – referente ao comércio de mercadorias – e capital financeiro – referente ao comércio de dinheiro. Para evitar problemas com nomenclatura – evitando, assim, a confusão entre conceitos, como

exposto no primeiro capítulo deste trabalho –, utilizaremos capital de comércio de mercadorias e de comércio de dinheiro (idem, ibidem)³⁹.

No livro II de *O Capital*, Marx (2014, seção I) fala sobre as metamorfoses do capital e seus ciclos – capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria⁴⁰. O capital de comércio de mercadorias, por exemplo, é a autonomização da função do capital-mercadoria no ciclo geral do capital. O processo de substantivação cria uma nova atribuição para uma parte específica da classe capitalista (MIRANDA, 2011, p. 4). O ciclo do capital é descrito como D-M...P...M'-D', e essa camada de comerciantes de mercadorias torna-se responsável apenas por parte do ciclo, M'-D'. À medida que o fabricante completa a metamorfose M'-D', já se vê apto a converter esse dinheiro em prol de um novo ciclo produtivo. Contudo, a venda só ocorreu para o produtor, e não para a mercadoria que ainda se encontra no mercado em busca de realizar sua primeira metamorfose – qual seja, ser vendida – através dos capitalistas responsáveis pelo comércio de mercadoria. O que percebemos neste processo é a transferência do capital-mercadoria do capital industrial para o comerciante, o agente da circulação. A mercadoria, portanto, não foi de fato realizada, e ainda não houve a validação social daquela produção.

O capital de comércio de mercadoria atua num estágio intermediário, sem garantias de que a mercadoria produzida será aceita no âmbito social. Tal dinâmica autonomizada confere vantagens e desvantagens ao ciclo do capital industrial, principalmente no que tange ao caráter social da produção capitalista em contraste com o caráter privado de apropriação – aspecto central para a explicação das crises, como já salientado no primeiro capítulo deste trabalho. A introdução do capital de comércio de mercadoria é vantajosa para o capital porque, mesmo que não produza mais-valor, diminui o tempo de rotação, ou seja, permite ao fabricante não se preocupar mais com a

³⁹ Parte dessa confusão acerca dos conceitos decorre da categoria capital financeiro proposta por Hilferding. De acordo com o autor, o capital financeiro caracterizaria a junção do capital produtivo com o capital bancário – com predominância deste último – e era predominante em uma fase bem específica do desenvolvimento capitalista, a sua fase imperialista clássica. Outra situação que acaba por intensificar essa confusão em torno de alguns conceitos, como destacado no primeiro capítulo deste trabalho, é a diferença em algumas traduções. Na tradução de *O Capital* de Reginaldo Sant'anna (editora Civilização Brasileira) o que é denominado “capital financeiro” é chamado de “capital comércio de dinheiro” na tradução da Abril Cultural.

⁴⁰ Para mais detalhes acerca das funções do capital e do seu processo de circulação, ler a Seção I do livro II (MARX, 2014).

circulação $M'-D'$ ⁴¹. No entanto, a desvantagem recai nesta introdução de mediações: amplia-se a separação entre produção social e apropriação privada. A produção continua, mesmo que a compra ainda não esteja garantida. “Se o comerciante não for capaz de vender antes de o processo de produção lançar mercadorias novas no mercado, o capital-mercadoria do industrial pode não se converter em dinheiro, paralisando o processo de reprodução do capital adiantado” (MIRANDA, 2011, p. 5). Além disso, embora não se produza excedente (mais-valor) nas trocas, a condição de existência desta fração autonomizada do capital é a possibilidade de apropriar-se de parte do mais-valor produzido. Assim, o capital de comércio de mercadorias participa da divisão do mais-valor, contribuindo com a tendência à redução da taxa de lucro, se apropriando de excedente, mesmo sem produzi-lo.

O capital de comércio de dinheiro, diferentemente do anterior, exerce a função autonomizada de todos os movimentos do dinheiro na circulação do capital industrial. Uma vez que ao mesmo tempo em que se compra mercadoria também se vende dinheiro, Marx (1986) destaca que parte do capital industrial e de comércio sempre se encontra como capital-dinheiro desempenhando determinadas funções técnicas – pagar e receber dinheiro, basicamente. O movimento de autonomização do capital-dinheiro se trata justamente da conformação de uma parcela destinada a efetuar essas operações técnicas para toda classe capitalista – em um percurso de comercialização do dinheiro, gestando, de acordo com Paineira e Carcanholo (2009, p. 6), a “tesouraria” do capital industrial.

Ainda segundo Paineira e Carcanholo (2009), o capital de comércio de dinheiro passa a reunir grandes montantes de capital-dinheiro para realizar as funções específicas do comércio de dinheiro. Neste movimento, reúne-se uma massa de dinheiro tão significativa que possibilita a criação do comércio de crédito, ou seja, “do empréstimo de determinada quantidade de dinheiro”. Contudo, o pagamento destes empréstimos traz uma cobrança adicional sobre o valor-dinheiro na forma de juros. O capital bancário⁴²

⁴¹ Para um debate mais pausado sobre a categoria *rotação* do capital e sua relação com a produção de mais-valor, ver Marx (2014, seção II).

⁴² Quanto à categoria Capital Bancário em Marx é preciso alguns esclarecimentos. Em Marx não se trata de uma instituição concreta, mas sim de banco como categoria. Hoje poderia ser considerado como o sistema financeiro. Como Paineira e Carcanholo (2009, p. 6) destacam em nota “(...) não se pode confundir a categoria capital bancário com os bancos enquanto instituições concretas específicas. A primeira diz respeito à função autonomizada do capital total que desenvolve o sistema de crédito, tanto na expansão do comércio de dinheiro como na administração do capital portador de juros, (...). Que esta

aparece deste modo como desdobramento dialético do capital de comércio de dinheiro e se torna responsável pelo comércio de crédito, “de forma que tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial”. Deste sistema de pagamentos e guarda de capital-dinheiro – potencial e ocioso – que se caminha para busca de soluções para aplicar este montante. Do capital bancário, portanto, se faz uma passagem – lógica e dialética – para o capital portador de juros (MIRANDA, 2011, p. 5; PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2009, p. 6).

Ao falar sobre o capital portador de juros, Marx diz que:

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor [...] – pode na base da produção capitalista, ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não pago, mais produto, mais-valia, e apropriar-se dele. **Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital.** Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, **o capital enquanto capital se torna mercadoria** (Marx, 1986, tomo 1, p. 255. Grifos nossos).

Assim, podemos perceber que para Marx, o capital portador de juros surge quando o próprio capital – enquanto capital – se torna mercadoria, ao passo que o dinheiro – forma *par excellence* de manifestação do valor-capital – adquire um valor de uso adicional: o de funcionar como capital⁴³.

No empréstimo de uma quantia de valor-dinheiro há, no momento da liquidação, o pagamento de um adicional, os juros. O dinheiro, assim, funciona como capital, uma vez que se transforma em valor que se expande. O proprietário de um dinheiro que possui o potencial de adentrar no processo de produção tem a possibilidade de não exercer tal potencialidade, mas de emprestar esse valor-capital em potência para outro indivíduo que o fará. Vende-se, portanto, a capacidade do dinheiro funcionar como capital. De acordo com Marx (1986, tomo 1, pp. 255-259), o capitalista-proprietário

função seja, ou não, cumprida por instituições propriamente bancárias trata-se de uma eventualidade da conjuntura histórica”.

⁴³ É importante destacar que no processo de valorização a passagem pelo capital-dinheiro se faz necessária por todas as categorias do capital-global. “Passar” pelo dinheiro é, portanto, indispensável. Desse modo, o acúmulo de grande massa de capital-dinheiro sob o comando do capitalista de comércio de dinheiro “faz com que o capital-dinheiro se torne mercadoria peculiar, cujo valor-de-uso é produzir lucro” (MIRANDA, 2011, p. 6).

(emprestador) recebe do capitalista-em-função (tomador) parte do lucro produzido como recompensa. Esta recompensa aparece na forma dos juros. Como aquele que emprestou detinha uma quantia de dinheiro e a cedeu para ser utilizado de forma a gerar lucro, ele o detém, por isso, direito sobre parte deste lucro: os juros são “a designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de embolsar, entrega ao dono do capital”.

Na sequência Marx afirma que

Em seu processo de circulação, nunca aparece como capital, mas apenas como mercadoria ou dinheiro, e esta é aqui sua única existência para outros. Mercadoria e dinheiro aqui são capital, não à medida que mercadoria se transforma em dinheiro e dinheiro em mercadoria, não em suas relações reais com o comprador ou vendedor, mas apenas em suas relações ideais, ou com o próprio capitalista do ponto de vista subjetivo! ou como momentos do processo de reprodução do ponto de vista objetivo!. O capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho (idem, pp. 258).

A partir daí, podemos perceber porque se diz que se tem o capital enquanto capital ao passo que o capital-dinheiro vira mercadoria. O capital aparece como tal para os dois lados desta troca, tanto para o capitalista-proprietário como para o capitalista-em-função. O primeiro cede o dinheiro – que assume a forma de mercadoria – para tê-lo posteriormente com um valor acrescido, o mais-valor, enquanto o segundo aplica este dinheiro com o intuito de obter mais-valor – ambos se apropriam do que foi produzido pelo tomador, aquele que adentrou na esfera produtiva. Para o prestador e tomador o capital na forma dinheiro possui o valor-de-uso de obter lucro (MIRANDA, 2011, p. 6).

Assim como no capital de comércio de mercadorias, a criação dessas intermediações possuem funcionalidades e disfuncionalidades⁴⁴ para o capital. Cada vez que olhamos para uma nova forma funcional do capital, nos defrontamos com uma nova divisão do mais-valor produzido. Por outro lado, o capital portador de juros possibilita o

⁴⁴ Ao longo da exposição, buscamos de maneira sucinta apresentar a relação dialética entre as chamadas funcionalidades e disfuncionalidades das autonomizações das formas funcionais do capital. Contudo, devido aos limites deste trabalho, não nos aprofundaremos em demasiado no assunto. No entanto, é necessário ressaltar como esta relação dialética exerce um papel de suma importância na dinâmica das economias capitalistas – as quais funcionam de maneira cíclica. De modo que, como destaca Miranda (2011, pp. 7-8), “Em fases expansivas predominam as funcionalidades sobre seu par dialético, em crises as disfuncionalidades fazem-se sentir com mais força”. Características estas que são fundamentais para compreender a concorrência intra-capitalista e seu papel nas crises econômicas.

aumento na produção de valor ao mobilizar recursos e permitir que funcionem como capital. De modo que se viabiliza a produção imediatamente, sem a necessidade de esperar que o capitalista industrial conseguisse, por outros meios, acumular o suficiente – visto que os emprestadores e tomadores nem precisam se conhecer, uma vez que o capital bancário pode intermediar essa relação, centralizando a função do capital portador de juros.

Nesta crescente dinâmica de substantivação das formas do capital, o fenômeno pode confundir e levar a conclusões mistificadas acerca do objeto. Ao tratarmos do capital portador de juros é possível notar que o dinheiro, ao incorporar a qualidade de capital, parece que não precisar de mediações, sendo tal feito qualidade própria dele (do ponto de vista do prestamista o ciclo do capital resume-se a D-D’). O ponto de partida do capital portador de juros parece externo ao ciclo do capital, o que faz aparentar que o próprio capital remunera a si próprio, como se fosse uma manifestação sem essência. O movimento do capital portador de juros aparece assim como uma figura exteriorizada, como se estivesse “separada do movimento real de que é forma” (MARX, 1986, tomo 1, p. 262). A relação entre o emprestador e tomador contribui para esse processo mistificador, pois é de natureza jurídica, além de em nada parecer se relacionar com o processo concreto de reprodução do capital. “O movimento efetivo como capital, do dinheiro emprestado, transcende a relação entre emprestador e tomador, ficando, para estes, invisível o movimento mediador. Tem-se a aparência de que o capital emprestado nunca abandona a forma dinheiro” A aparência de que qualquer soma de dinheiro - mesmo que esta não adentre na esfera da produção – seja capaz de produzir uma remuneração caracteriza deste modo, a mistificação. Apreensão esta que é correta do ponto de vista individual, daquele que é proprietário do dinheiro e o empresta, mas não do capital global. Afinal, o mais-valor precisa ser produzido para poder ser apropriado (MIRANDA, 2011, p. 7).

Essa lógica mistificadora, ao passo que se desenvolve, faz parecer que os rendimentos obtidos, não importa de que fonte, são resultantes da propriedade de um capital. Nesse sentido, qualquer remuneração poderia ser capitalizada, à determinada taxa de juros, configurando remuneração por certo capital⁴⁵, sendo esta a base categorial

⁴⁵ Para melhor compreensão desta dinâmica podemos utilizar um exemplo de Paineira e Carcanholo (2009, p. 9): “Um determinado capital monetário de US\$ 500, aplicado periodicamente a uma taxa de juros de 5% por período, apropriar-se-á, por período, de um montante de juros igual a US\$ 25. A

do capital fictício. O capital fictício aparece, portanto, como desdobramento dialético do capital portador de juros – o qual já é um desdobramento do capital bancário e do comércio de dinheiro. É importante ressaltar ainda que a origem do capital fictício esteja no capital portador de juros aquele possui autonomia categorial e sua própria dinâmica (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2009, p. 9). É sobre as especificidades desta forma autonomizada que decorre da exacerbação da lógica do capital portador de juros que abordaremos com mais detalhes a seguir.

3.2 – A dialética do capital fictício

O capital fictício pode possuir variadas procedências, tais como títulos de créditos, ações, “e mesmo salários, ou melhor, a parcela deles que é aplicada na forma de capital monetário” (idem, *ibidem*). Diferente do capital portador de juros que possui uma relação direta com o capital produtivo, o capital fictício possui uma dinâmica própria na qual o montante original não se destina necessariamente à produção de mais-valor. Embora entendamos que todo capital possui certa natureza especulativa, vale destacarmos que no capital fictício seu cerne é essencialmente especulativo, ao passo que a base da remuneração dos títulos de crédito “é o direito à participação em lucros ou rendimentos futuros” (MIRANDA, 2011, p. 10). Como explicam Painceira e Carcanholo (2009, pp. 9-10),

O capital fictício diz respeito a títulos de crédito que, se por um lado têm suas cotações oscilando com relativa independência do capital originário (quando este existe), de forma que o seu valor total pode superar em muito o valor do capital industrial que lhe deu origem, por outro especulam com o que pode ocorrer no futuro, uma vez que a base de sua remuneração é a participação em lucros/rendimentos futuros, que podem nem se realizar. Além do mais, o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação. Por isso, do ponto de vista do capital global, trata-se de capital fictício.

generalização dessa lógica faz com que qualquer indivíduo que perceba um rendimento periódico de US\$ 25 apareça como proprietário de um capital no valor de US\$ 500, ainda que esse capital, de fato, não exista. Isso porque, realmente, uma renda de US\$ 25, capitalizada a uma taxa de juros de 5%, é igual a um montante de US\$ 500, uma vez que $25 / 5\%$ é igual a 500. Mas, efetivamente, o rendimento de US\$ 25 não provém da remuneração de um capital já existente, que só se constituiria se esse rendimento fosse capitalizado”.

Como nos aponta Marx (1986), a flutuação dos valores de mercado deste título não parece possuir nenhuma relação com o capital efetivo que dizem representar – quando este existe – e se movem conforme o grau de incerteza dos indivíduos com relação à segurança e ao nível dos rendimentos que estes títulos “prometem”. Dessa forma, se opera na base de expectativa, sem contrapartida de base real, configurando, assim, uma oscilação de preços sustentada na especulação. A criação desse capital aparentemente pode multiplicar-se infinitamente, numa dinâmica de aposta, sobre aposta, sobre aposta... Os limites que a priori não estão estabelecidos se revelam no momento de irrupção das crises financeiras. Isso ocorre porque embora o sistema de crédito multiplique o capital existente, a maior parcela é fictícia⁴⁶ (MIRANDA, 2010, p. 11).

O capital fictício é, portanto, fictício dentro da ótica do processo global da produção capitalista, porém, real do ponto de vista individual de seu proprietário, pois este de fato adquire, com sua compra, o direito de apropriar-se de uma parte do mais-valor produzido. Pensando na dinâmica dos chamados “mercados de capitais”, é possível perceber, por exemplo, que caso o detentor de um título queira vendê-lo antes do prazo de maturação do mesmo, em condições favoráveis, ele pode fazê-lo transformando em dinheiro o capital fictício. Sua lógica interfere, por conseguinte, na dinâmica de acumulação global (MIRANDA, 2011, p. 11; PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2009, p. 10).

Assim como nos demais processos de autonomização das formas funcionais do capital apresentados, a interferência do capital fictício na dinâmica global é contraditória. A dialética do capital fictício consiste justamente nas suas funcionalidades e disfuncionalidades ao processo de acumulação capitalista. Sobre esse aspecto vale ressaltarmos que o ciclo do capital industrial sofre mudanças significativas com o capital fictício de modo que se torna mais extensivo e mais intensivo. Essa trajetória em muito nos ajuda a entender as crises do capitalismo contemporâneo e a reorganização da

⁴⁶ Sobre esse movimento, Miranda (2011, pp. 10-11) explica: “Por exemplo, se B, para realizar um investimento produtivo, pega empréstimo com A, que transforma o direito a apropriar-se dos juros do empréstimo em um título comercializável vendendo-o a C pelo preço que corresponde à capitalização dos rendimentos, este último possui em mãos um capital que, em termos globais, **não existe**, mas que pode, por exemplo, ser usado como garantia para uma operação de crédito que C deseje fazer” (grifo nosso).

relação entre os países periféricos e centrais. No momento, nos ateremos a explicar em que consistem essas vantagens e desvantagens do capital fictício e como elas influenciam todo o ciclo do capital para depois adentrarmos mais detalhadamente na nova dinâmica de dependência que parece surgir em um regime de acumulação pautado pela lógica do capital fictício.

No que tange às funcionalidades do capital fictício, podemos afirmar que nos casos em que a origem seja um capital que atue na produção, há uma maior rapidez na execução de atividades que se não fossem financiadas demorariam demasiado para serem implementadas – assim como ocorre com o capital portador de juros, mas agora de forma mais desenvolvida. O tempo de rotação do capital global diminui de maneira significativa e a acumulação capitalista alcança níveis antes inimagináveis – ou inatingíveis através de outras formas de financiamentos – através da criação do mercado acionário e de outras formas de financiamento. Essas medidas elevam, portanto, a taxa de lucro anual. Em contrapartida, assim como os outros capitais apenas da circulação⁴⁷, a lógica do capital fictício permite a apropriação de um mais-valor que não foi produzido por ele – uma vez que não adentrou no processo produtivo –, o que acarreta em redução da taxa de lucro, corroborando a tendência à queda da taxa média e exacerbando a possibilidade e a potência das crises (MIRANDA, 2011, p. 11).

Desta maneira, a dialética do capital fictício, ao mesmo tempo em que contribui para o aumento da acumulação – via rotação do capital –, proporciona uma expansão da lógica de apropriação de mais-valor sem contrapartida na produção, o que provoca o detrimento da produção de excedente, de forma que o capital buscará se apropriar cada vez mais de um valor que a cada vez menos está sendo produzido. Este movimento aprofunda o caráter cíclico da crise. Conforme explicam Paineira e Carcanholo (2009, p. 10),

⁴⁷ Sobre essa distinção entre capital produtivo e capital da circulação – financeiro, como é por vezes chamado – devemos fazer uma ressalva, dirigida àquelas abordagens maniqueístas acerca desta temática. É comum observar na literatura econômica, especialmente naquelas de matriz keynesiana, a distinção entre um capital “bom” (o produtivo) e um “mau” (o financeiro), afinal, um produz enquanto o outro só se apropria. Essas interpretações, além de esquecerem-se da funcionalidade destes capitais da esfera da circulação, ignoram o que julgamos mais importante: a apropriação de um que valor que ele mesmo não produziu é característica de todo capital. Desde o livro I de *o Capital*, Marx (2013) demonstra que quem produz valor é a força de trabalho e que tudo que o capitalista se apropria é tempo de trabalho não pago, fruto de algo que ele mesmo não produziu. Assim, buscamos deixar claro o nosso distanciamento dessas leituras.

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A “disfuncionalidade” do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital.

Assim, podemos concluir que nos períodos de prosperidade há o predomínio das funcionalidades apresentadas pelas formas autonomizadas do capital, propiciando ampliação da acumulação para patamares que jamais seriam alcançados se não fosse esta substantivação. Mas, podemos afirmar também que as crises são aprofundadas neste percurso.

3.3 – A teoria da dependência sob o regime da valorização fictícia

Como apresentado nos capítulos anteriores, a resposta do capital a sua crise permitiu a conformação de uma nova forma de acumulação a partir dos anos 1970, na qual a “esfera financeira” alcança papel predominante. Embora sua autonomia nunca seja absoluta, como tentamos demonstrar ao abordar as autonomizações das formas funcionais do capital, é possível perceber uma autonomia relativa do capital fictício no capitalismo contemporâneo. A dialética do capital fictício tem alterado de certa medida a forma dependente na qual os países periféricos se inserem no globo. Para entendermos melhor essas mudanças em curso e tratarmos da inserção dependente do Brasil em escala mundial, devemos agora resgatar a Teoria Marxista da Dependência, como apresentada por Ruy Mauro Marini, para somente então fazermos uma abordagem mais contemporânea. Esse é o esforço teórico que empreenderemos na próxima subseção.

3.3.1 – A teoria da dependência segundo Marini

A diferença entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não pode ser percebida como mera distinção quantitativa, capaz de ser superada através de uma sucessão de estágios, mas, pelo contrário, deve ser entendida como fenômenos

qualitativamente distintos, tratando-se de um par dialético – com aspectos complementares e antagônicos. “Antagonismo justamente por se tratar de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica” (CARCANHOLO, 2008, p. 254).

Assim, seguindo a teoria marxista da dependência de Marini (2005), podemos destacar alguns aspectos fundamentais de caracterização das economias dependentes. Em primeiro lugar, a partir da análise do processo histórico de “formação” da dependência, é preciso atentar para: a transferência de valores capturada, por exemplo, na redução dos preços dos produtos exportados pela periferia (normalmente *commodities*) em relação aos importados por esta (produtos com maior valor agregado, geralmente industriais) –relação esta que já havia sido apreendida pela CEPAL através da análise da chamada deterioração dos termos de troca; a remessa de dinheiro enviada no sentido periferia-centro – consequência das importações na mesma direção – a partir de juros, amortizações, lucros, royalties e dividendos; e as “altas taxas de juros cobradas para o fornecimentos de créditos para os países dependentes”, alocando estas nações na posição de reféns do ciclo de liquidez internacional⁴⁸.

Sobre o primeiro ponto, acerca dos seus mecanismos de transferência de valor, Marini (2005) afirma que, primeiramente, atuam os mecanismos internos a uma mesma esfera de produção. Observando que o preço realizado de uma mercadoria tem relação direta com sua produtividade média, e, ao mesmo tempo, os países dependentes possuem índices de produtividade tendencialmente menores com relação às nações centrais, estes se apropriam do mais-valor extra resultante da concorrência entre capitais (externos) do mesmo setor produtivo. Contudo, por outro lado, há também a concorrência entre diferentes esferas de produção. E este processo, com a entrada e saída de capitais de distintas áreas, tenderia a igualar as taxas de lucro. Nesse processo, como mostrado por Marx no livro III de *O capital*, cria-se um canal de transferência de valor entre os capitais de distintos ramos que garante aos capitais mais produtivos (isto é, com maior composição orgânica) a possibilidade de apropriar-se de uma quantidade

⁴⁸ Devido aos limites deste trabalho buscamos aqui apontar apenas algumas das expressões da dependência sem adentrar profundamente na sua formação histórica. A causa desta relação se remete à forma diferenciada que os países tem se integrado ao mercado mundial capitalista desde a época colonial e por isso o aprofundamento desta reflexão histórica demandaria um esforço para além dos objetivos do nosso texto.

de mais-valor superior àquela que extraíram diretamente. Ademais, o centro possui o monopólio de produção de certas mercadorias com maior valor agregado, permitindo, desta forma, que os capitais externos vendam seus produtos a um preço maior que seu valor. Esta é outra forma de transferência de valor⁴⁹.

Tendo em vista a dinâmica resultante da desregulamentação do mercado financeiro, também precisamos que destacar que o capital externo tende a trazer de volta para o país de origem lucros e dividendos, portanto, remetendo o valor criado na periferia para o centro. Na questão do endividamento, este ocasiona a transferência de valor por amortizações da dívida e pagamentos de juros. Ainda existe a dependência tecnológica e a subsequente cobrança de royalties – outra configuração de transferência de valor produzido no sentido periferia–centro.

Devemos também lembrar a extração de excedentes nesta direção ocorre desde o período do início da colonização. Posteriormente, os fluxos comerciais erguidos sob os investimentos estrangeiros passam a dominar a extração do excedente dentro dos mecanismos de transferência de valor descritos acima.

Uma forte e perene saída de recursos é o resultado destes aspectos que compõem a dependência, restringindo o crescimento dos países periféricos ao mesmo tempo em que aponta para a reprodução destas mesmas condições. A possibilidade que existe para que a economia continue a se expandir é o aumento da extração de excedentes. Assim, o fundamento para que haja uma acumulação periférica (restrita e dependente) para ela mesma é a superexploração da força de trabalho⁵⁰. Esta condição tem relação direta com

⁴⁹ É preciso fazer um apontamento aqui sobre a abordagem de Marini acerca da troca desigual entre o centro e a periferia. Para o autor, esta relação é marcada por uma “burla” à lei do valor de Marx. Como as mercadorias não são vendidas pelos seus valores nesta situação, as premissas de Marx acerca do valor não são verificadas. No entanto, a partir da análise da obra completa d’O capital, é possível perceber, especialmente no Livro III, com a redução do nível de abstração e a conseqüente aproximação do mundo concreto, que “as mercadorias não são, nem podem ser, ainda que sejam, vendidas pelos seus valores” (CARCANHOLO, 2013, p. 88). Através da configuração da taxa média de lucro, há possibilidade de transferência de valor no mesmo ramo e entre distintos ramos da produção. Logo, Marx em sua obra já apontava para a possibilidade – e necessidade – da ocorrência deste fato. Para maior detalhamento do assunto, ver: CARCANHOLO, 2013, pp. 87-88.

⁵⁰ Apesar de utilizarmos aqui “superexploração da força de trabalho”, Marini opta por “superexploração do trabalho”. Sobre esta questão, alguns apontamentos devem ser feitos. Primeiramente, a partir da utilização de Marx em seus textos, devemos distinguir força de trabalho (mercadoria) de trabalho (enquanto valor de uso da mercadoria). E também devemos entender “explorar” no sentido de usar, consumir, realizar. Sendo assim, esta diferença aponta para que seja preferível utilizar o termo “superexploração da força de trabalho”. (Carcanholo, 2013, p. 72-76)

o aumento da extração de mais-valor, tanto por arrocho salarial quanto por extensão da jornada de trabalho, somado com a intensificação do ato laboral.

Em síntese, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que há uma transferência de valor produzido na periferia para o centro, a dinâmica da dependência também necessita da superexploração do trabalho para o desenvolvimento do capital nos países dependentes. Assim, é possível que o capitalismo dependente cresça – porém restritamente. Contudo, esta lógica perpetua e aumenta as consequências resultantes deste quadro, quais sejam: distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes (MARINI, 2005).

Após esse resgate da Teoria da Dependência apresentada nos termos de Marini, buscaremos entender qual é a relação dela com a dialética do capital fictício e como esta se aplica na periferia do sistema capitalista, na qual a dinâmica de funcionamento da produção se sustenta na superexploração da força de trabalho.

3.3.2 – A teoria da dependência e seus desdobramentos no capitalismo contemporâneo

Ao passo que a dinâmica do capital fictício se propagou em toda América Latina, com os grupos políticos optando ativamente pela adesão de diversas políticas que possibilitavam a materialização neste novo ritmo de acumulação, se conformou na região um novo guia para o desenvolvimento das economias periféricas – em contraste com as teorias desenvolvimentistas. A liderança da esfera financeira tornou-se cada vez mais evidente à medida que o crescimento do produto nestes países não era tão expressivo, enquanto os estoques financeiros rapidamente se ampliavam (AMARAL, 2012, pp. 115-116).

A inserção subordinada do Brasil neste novo contexto mundial, de acordo com Paulani (2012, pp.89-91), se deu através de reformas estruturais em consonância com a adesão do ideário neoliberal, transformando o país em uma “plataforma internacional de valorização financeira”. Este regime propiciou excesso de dólares e sobrevalorização do real, o que, conjugado à abertura comercial, propiciou a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização. Mesmo que a adesão do Brasil num primeiro momento tenha se dado de forma passiva com a crise da dívida da década de 1980, a

autora defende que a partir de 1990 a nação adentra ativamente nesta lógica do capital fictício e continua a perseguir esta trajetória nos anos 2000 (como buscamos mostrar no capítulo 2 deste trabalho), tornando-se um absorvedor de capital externo devido à garantia de ganhos elevados em moeda forte no país; em contraparte, teve que se tornar grande remente de recursos aos países avançados para garantir rendimentos aos capitais ingressantes.

O processo de autonomização das finanças, embora para os países centrais tenha surgido como trajeto normal da dinâmica de funcionamento do sistema capitalista, emergiu nos países periféricos devido a sua inserção subordinada e dependente, como consequência da sobreacumulação no centro – ainda que se trate de algo sistêmico e estrutural também para periferia. Amaral (2012, p. 121) argumenta que “estas economias são introduzidas a reboque na lógica global de financeirização”, se transformando numa plataforma de valorização financeira para os países desenvolvidos, que conduzem esse processo. Ademais, este processo, além de provocar um movimento de ampliação da subordinação dos países dependentes via esfera financeira, provoca uma concepção dúbia de autonomia política, restringindo o poder decisório desses países em função da estabilidade macroeconômica⁵¹.

A ampliação da fragilidade financeira e da vulnerabilidade externa estruturais, em concomitância com a perda de autonomia decisória com relação aos rumos do desenvolvimento nacional, são plenamente perceptíveis – e vale ressaltar que sempre fizeram parte da dinâmica de acumulação dos países periféricos. Contudo, a análise da dependência não pode se resumir apenas a questões de estrangulamento no balanço de pagamentos, mas muito pelo contrário, tem que lidar com todo o processo de valorização do capital. Tais características – a fragilidade e vulnerabilidade – são resultado da própria lógica de funcionamento do capitalismo periférico e segundo Amaral (2012, p. 130) “(...) sua funcionalidade estaria em abrir espaço e eliminar os embaraços que podem surgir diante das tentativas de superexplorar o trabalho, por exemplo”. Desta maneira, a vulnerabilidade externa assim como a perda de autonomia

⁵¹ Sobre esta posição subordinada e de constante perda de autonomia política, Amaral (2012, p. 121) argumenta que “(...) especialmente a partir dos anos 1990, este é um movimento cujo andamento foi resultado inquestionável de uma decisão política, quase como uma decisão pela não decisão, uma opção pela falta de opção, uma escolha pela restrição à autonomia, como se a vinculação aos ‘mercados globalizados’ fosse a mais alta expressão da modernidade e, por sê-lo, fosse caminho necessário e inevitável para o desenvolvimento”.

política a que estão submetidos em escala global os países periféricos só ajuda a reforçar a relação de dependência.

Contudo, essas particularidades da inserção subordinada já caracterizavam a dependência constatada nos anos de 1960/1970 a partir da abordagem de Marini – que já foi exposta anteriormente. Então o que muda com a adesão de uma dinâmica de valorização pelo capital fictício?

Ocorre que, hoje, os processos estruturais que são característicos da condição dependente se reforçam com “o brilho e a cor” trazidos pela subordinação financeira, que amordaça os braços da política econômica e que – pior – subsume todas as demais esferas da política aos seus ditames. Neste particular, toda e qualquer decisão a ser tomada pelos governos destes países depende de sua clara acomodação às metas de inflação e à produção de superávits primários, essenciais para o direcionamento de fluxos de capital no sentido destas economias (AMARAL, 2012, p. 131).

Seguindo o trabalho de Amaral (idem, pp. 133-137), podemos destacar que a autora, partindo de Marini, inicia a argumentação sobre este novo conteúdo da dependência com a visão da periferia sobre o fenômeno da globalização. A partir deste fenômeno, fundamentalmente, das relações intra-firmas no âmbito do comércio internacional, pode-se observar uma padronização de componentes e partes, tendendo, desta forma, a uma homogeneização da produtividade do trabalho. Por conseguinte, é possível observar que a “burla a lei do valor” torna-se mais difícil, da mesma forma que o mais valor extraordinário.

Outro aspecto levantado por Amaral se refere ao crescente endividamento das famílias em todo o globo. Este movimento permite que as instituições bancárias se apropriem de parte daquilo que é necessário para a reprodução da força de trabalho na forma dos juros, evidenciando que esta fração burguesa mantém certa dominância em relação às outras. Entretanto, esta forma de superexploração do proletariado a partir da expropriação de parte de seu salário não se restringe à periferia. De qual forma, então, qual é a distinção entre as nações em sua relação com a dependência? É fato que os “países desenvolvidos” possuem ainda monopólios. Entre eles, está a exclusividade no controle dos processos de alocação da mão-de-obra – desterritorialização do capital, para utilizar as palavras de Harvey. Mas podemos perceber que o aspecto fundamental no capitalismo contemporâneo se situa no controle dos processos de P&D (pesquisas e

desenvolvimento) fundados, entre outros instrumentos, na lógica das patentes. É a partir deste mecanismo que a relação de dependência se impõe e se perpetua, tendo em vista que este monopólio mantém as condições para a continuidade da desigualdade. Ao longo do tempo, a manutenção desta dinâmica inviabiliza aos “países subdesenvolvidos” conseguirem alcançar ou competir com as nações que possuem a exclusividade na área das pesquisas e tecnologias. Pensando na divisão internacional do trabalho, isto resulta em situações que muitos consideravam como ultrapassadas, como a reprimarização dos países que não conseguem ter a perspectiva de investir nesta área. Assim, para concluir com as palavras de Amaral (idem, p. 149), a dependência hoje

não mais passa pela superexploração como traço distintivo, ainda que a superexploração esteja mais do que nunca presente, mas passa pela nossa inferioridade tecnológica, que nos faz apenas reproduzir, sem autonomia na criação, os padrões cada vez mais efêmeros de produção e consumo que o desenvolvimento tecnológico autônomo dos países centrais vai impondo ao resto do planeta.

Relembremos que a superexploração da força de trabalho aumenta a taxa de mais-valor nos países periféricos. De acordo com Carcanholo (2008, pp. 261-262), podemos compreender mais concretamente o sentido da dependência associada à lógica imposta pelo capital fictício. No momento em que a parte do mais-valor resultante da superexploração é apropriada pelo capital produtivo, são criadas as condições para a acumulação de capital “acelerada” ou “virtuosa”. Contudo, sendo o capital fictício parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo na fase analisada, esse excedente pode passar a ser apropriado não em termos produtivos, mas sim financeiros. E esta dinâmica – taxa de lucro do capital produtivo inferior do que a remuneração financeira – induz justamente os investimentos a serem aplicados pelos capitais individuais na esfera financeira, impondo um ciclo vicioso no qual a taxa de lucro do capital produtivo é crescentemente reduzida, configurando a chamada “acumulação de capital travada”. Neste sentido, enquanto na dinâmica de “acumulação virtuosa”, impulsionada pelo papel do capital fictício, as fases ascendentes do ciclo são expandidas, a forma “travada” agrava e aprofunda a fase decrescente do capital (ou seja, as crises), por conta da disfuncionalidade desta forma do capital neste período do ciclo.

Isto nos auxilia na análise da América Latina nos anos de 1990. Enquanto houve funcionalidade por parte do capital fictício, ou seja, aceleração da produção de mais-valor e acumulação de capital, houve também algum crescimento. Já na maior parte do tempo, a acumulação travada foi o paradigma, período no qual, portanto, o maior-valor extraído a partir da superexploração da força de trabalho reduziu as taxas de lucro do setor produtivo, impossibilitando um mínimo de crescimento das economias locais. Desta forma, o período conhecido como “década mais do que perdida” foi resultado da combinação entre superexploração da força de trabalho e acumulação de capital travada (idem, ibidem).

Esta dinâmica persistiu durante todo período analisado no capítulo 2 deste trabalho. Os anos de 2000 continuaram com a acumulação liderada pelo capital fictício, que cada vez cooptou todos e tudo a sua lógica. A dependência foi aprofundada com o grande transferência de valor dos países dependentes para os imperialistas, principalmente “sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão de os primeiros importarem capital dos últimos” (CARCANHOLO, 2008, p. 255). A abertura externa atrelada à instabilidade dos mercados financeiros e à constante demanda por altas taxas de juros como condição para o fornecimento de crédito para as nações periféricas, colocou estas em uma situação subordinada, a mercê do ciclo de liquidez internacional. Além da repatriação dos lucros e dividendos a partir o investimento estrangeiro direto e deste escoamento de riqueza através do pagamento de juros elevadíssimos e amortizações da dívida, a dependência tecnológica também produz transferência de valor por meio dos pagamentos de *royalties*. Segundo Amaral (2012, p. 136) este monopólio assentado no poder tecnológico “enquadra-se a perfeição na figura do rentismo, porque os bens importados são cada vez mais invisíveis (intangíveis), tendo seu preço definido quase que integralmente por direitos de propriedade e licenças de uso, ou seja, renda do conhecimento”.

Considerações finais

Buscamos, ao longo deste trabalho, entender como o capital fictício exerce um papel essencial na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Para isso, partimos da crise de Bretton Woods e do Estado do bem-estar social, enfocando nos pilares que possibilitaram ao capital sua restauração. O que é amplamente conhecido como “financeirização” foi um fenômeno rapidamente percebido por estudiosos que logo buscaram compreendê-lo. Tal fato, nos parece, indica que houve uma mudança na dinâmica de acumulação capitalista com crescente destaque para o capital fictício.

Dentro dessas alterações ocorridas em todo globo, nações distintas desempenham papéis diferentes e desiguais. A Teoria da Dependência, resgatada no último capítulo, já tentara expor como o capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento através de uma síntese dialética – e não como uma sucessão de etapas. Por isso, com o intuito de observar a adesão do escopo de medidas neoliberais, que em diversas frentes permitiu a retomada da fase ascendente do capital, optamos por analisar o Brasil, país dependente, num período de duas décadas (1990-2010). Com relação a este recorte temporal, cabe ressaltar que no capitalismo a temporalidade das mudanças entre as nações sempre foi heterogênea. Com isto, embora os países centrais tenham adentrado nesta fase de acumulação a partir da década de 1970, o período do enraizamento deste conjunto de medidas só ocorreu no Brasil a partir dos anos de 1990.

Assim sendo, a dinâmica da esfera financeira no país foi transformada de modo significativo a partir de então. Estas transformações tiveram como objetivo justamente o alinhamento do país ao movimento de acumulação do capitalismo contemporâneo, o qual é pautado na lógica de valorização do capital fictício. Foi possível, no segundo capítulo, observarmos um amplo processo de abertura e desregulamentação das finanças. Diversos foram os instrumentos criados a fim de possibilitar um maior fluxo de capitais. Este movimento evidenciou que em meio a governos tão distintos, a tônica das políticas sustentou-se prioritariamente nos interesses da parcela burguesa bancário-financeira.

O resgate da autonomização das formas funcionais do capital em Marx nos permitiu constatar que a lógica do capital fictício passou a ser a predominante. A este movimento seguiram-se múltiplos caminhos, dos quais citamos as alterações na relação

de dependência. Sobre este aspecto, levantamos alguns questionamentos acerca de uma possível mudança na dinâmica dependente sob a égide do capital fictício. Ao analisarmos a dependência, pudemos concluir que com a perda de autonomia crescente dos Estados nacionais, subordinados a uma dominação tecnológica, a condição dependente é intensificada. O monopólio do conhecimento através das patentes reduz os países a meros reprodutores daquilo que nasce como uma ideia no centro. A reestruturação produtiva diversifica as fábricas no globo, mas a tecnologia da produção continua a ser exclusividade dos grandes centros.

Este trabalho nos permitiu perceber que de fato há uma nova fase marcada pela autonomia do capital fictício. Esta autonomia, no entanto, é sempre relativa, uma vez que o capital fictício é apenas forma funcional do capital, não estando desligada de seu ciclo global. Porém, é importante ressaltarmos, mais uma vez, que esta é a categoria essencial para a compreensão do padrão de acumulação capitalista atual – aliás, entende-se que os debates em torno do tema da financeirização podem acabar tornando-se genéricos por não levar em conta o rigor teórico apresentado por Marx acerca das categorias discutidas (capital financeiro, portador de juros, fictício).

Contudo, ao nos aprofundarmos na materialização da lógica fictícia em um país periférico como o Brasil, notamos que para além de evidenciarmos a dominância do capital fictício, é preciso também frisar a intensificação da condição dependente. Afinal, o advento do neoliberalismo pareceu afastar qualquer chance de desenvolvimento, pois a disfuncionalidade do capital fictício fez da “acumulação travada” a regra.

Poderíamos concluir este trabalho constatando somente o que já foi resgatado acima. Entretanto, acreditamos ser possível partir da análise para projetar alguns breves, mas necessários apontamentos. Partindo do pressuposto de que a condição dependente é algo que deve ser superado, é preciso pensar em rumos distintos para a economia nacional, a despeito da máxima neoliberal de que “não há alternativa”. A busca em sentido contrário à dependência pode ser encontrada em medidas antineoliberais que visem reduzir a superexploração da força de trabalho, ou anticapitalistas, que contestem de vez a condição de exploração (CARCANHOLO, 2008, pp. 266-267). Tendo em vista que o capitalismo contemporâneo é fundamentado sobre a égide neoliberal, ambas sofreriam resistência por parte da burguesia. E embora essas alternativas possam caminhar juntas, não há garantias que uma medida antineoliberal seja também

anticapitalista – ainda que o contrário seja verdadeiro. Uma política antineoliberal pode acabar por restringir-se em um debate maniqueísta entre capital produtivo e capital financeiro, de forma que trate uma autonomia que é relativa como absoluta. Ao opor deste modo estes capitais, mascara-se a relação de complementaridade que existe entre eles, e esquece-se que fazem parte do mesmo ciclo global de produção e reprodução capitalista. Por este motivo, consideramos que o debate sobre a reversão das tendências que ora se apresenta para a economia brasileira, preocupado em criar alternativas efetivamente orientadas à superação da dependência, precisa antes de tudo resgatar uma posição radicalmente crítica da sociedade do capital.

Referências

ALMEIDA, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil**: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010.

AMARAL, Marisa. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez; Ed. Unicamp, 1995.

_____. “O trabalho e seus sentidos”. **Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 10, n. 1, pp. 43 a 61. Niterói, 2008.

ARAÚJO, Paulo Henrique. “Mandel e as crises econômicas”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 39, out. 2014.

ASTARITA, Rolando. **Crítica de la tesis de la financiarización**. 2012. Acesso em 10/10/2016. Disponível em <http://www.rolandoastarita.com/dt-Critica%20tesis%20de%20la%20financiarizacon.htm>.

BARUCO, Grasiela; CARCANHOLO, Marcelo. Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Vitória, 2006. Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix. 1974.

BELLUZZO, Luiz. ‘O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados “Globalizados”’. **Revista Economia e Sociedade**, nº 4, junho. Campinas, 1995.

BELLUZZO, Luiz; ALMEIDA, Júlio. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo; FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo. A ALCA (ainda) não faleceu: alternativas reais para a América Latina e Caribe. In: ESTAY, J. (Org.). **La Crisis Mundial y sus Impactos en América Latina**. Puebla: BUAP, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>

_____. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. **AURORA (Revista Eletrônica)**, ano IV, nº 6, 2010 Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>

_____. “Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades”. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

_____. “(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: FILHO, Niemeyer Almeida (Org.) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

CARVALHO, Carlos. As origens e a gênese do Plano Collor. **Revista Nova Economia**, n. 16. Belo Horizonte, 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

CIPOLLA, Francisco; PINTO, Geane. “Críticas das teorias da financeirização”. **Revista da Sociedade brasileira de economia política**. São Paulo. n. 27, outubro, 2010.

DOMINCZAK, Pedro. **Investigando a Financeirização pelos seus Teóricos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Vitória, 2014.

DREIFUSS, René. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter, **O Brasil endividado - Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Condição pós-moderna**. Ed. 21. São Paulo: Loyola, 2011.

KECK, Margareth. **PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

LAPAVITSAS, Costas. **El capitalismo financeirizado: expansion y crisis**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

MARINI, Ruy. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILLE, João. (Org.) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em www.centrovictormeyer.org.br

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume IV, 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III: (Tomos I e II) o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

MATTOS, Fernando. **Flexibilização do trabalho: sintomas da crise**. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2009.

MIRANDA, Flávio. "A Crise do Capital Fictício: elementos para o debate". **Anais do Marx e o marxismo 2011: teoria e prática**. Disponível em <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC51F.pdf>. Acesso em 13/12/2016.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Fabrício. A evolução da estrutura tributária e do fisco brasileiro: 1964-2009. In: CARDOSO Jr., José. (Org.) **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. V.2 Brasília: Ipea/Diest, 2010.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo. “Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício”. In: **Anais do XXVII Congresso da ALAS**, Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires. 2009.

PAULANI, Leda; PATO, Christy. Investimentos e servidão financeira: O Brasil do último quarto de século. In: PAULA, João A. de. **Adeus ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 4, 2003.

_____. “O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses”. In: LIMA, Júlio; NEVES, Lúcia. **Fundamentos da educação escolar do brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. “Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO, Eduardo; BALANCO, Paulo. O novo eixo geo-econômico mundial e a inserção da América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. In: **Anais XII Encontro Nacional de Economia Política**, São Paulo, 2007.

PINTO, Eduardo. **Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TAVARES, Maria; BELLUZZO, Luiz. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, José, (Org.) **Inflação inercial, teorias sobre inflação e o plano cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WILLIAMSON, John. O que Washington entende por reforma das políticas. In: _____. (Org.) **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Tradução livre por Hugo Corrêa.